

Processo Nº: 5148182-88.2019.8.09.0149

1. Dados Processo

Juízo.....: Trindade - 2ª Vara Cível e Ambiental

Prioridade.....: Metas CNJ

Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária -> Outros procedimentos de jurisdição voluntária

Segredo de Justiça.....: NÃO

Fase Processual.....: Conhecimento

Data recebimento.....: 22/03/2019 10:32:23

Valor da Causa.....: R\$ 1,00

2. Partes Processos:

Polo Ativo

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL DE RESULTADO

AO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, DE
REGISTROS PÚBLICOS E AMBIENTAL DA COMARCA DE TRINDADE - GOIÁS.

Protocolo no apenso nº 5148182.88.2019.8.09.0149

Ação: Recuperação Judicial

Processo Principal nº 5583251.53.2018.8.09.0149

Requerente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA, por seu representante legal STENIUS LACERDA BASTOS, ambos já devidamente qualificados nos presentes autos de RECUPERAÇÃO JUDICIAL da INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A - IMPERIAL (CNPJ 00.552.646/0001-81) vem, perante Vossa Excelência, respeitosa e tempestivamente, em atendimento ao art. 22, inciso II, letra “c” da Lei de Falências e Recuperação de Empresas - LFR (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), apresentar o Relatório Mensal do Administrador Judicial.

2. Trata-se de relatório em face do deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme decisão publicada em 11 de dezembro de 2018, constante do Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, edição nº 2645 – Suplemento – Seção III.

3. Inicialmente destacamos a recente decisão proferida por esse juízo que encerrou o processo de recuperação judicial (evento 372 dos autos principais 5583251-53.2018.8.09.0149):

(...)

Sentença

(Sentença. Recuperação Judicial. Encerramento. Obrigações constantes no plano aprovado pelos credores. Biênio legal. Inteligência do artigo 61 da Lei 11.101/05. Cumprimento. Dilação de prazo. Prorrogação da recuperação. Ausência de previsão legal. Indeferimento. Habilitações de crédito. Via inadequada. Procedimento ordinário. Levantamento de valores. Indeferimento por ora. Ausência de extrato atualizado da conta. Valor da causa. Retificação. Adequação ao valor do passivo da empresa. Recolhimento de custas complementares. Expedição de ofícios.)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.552.646/0001-81, com sede na Rodovia GO-060, Quilômetros 15 e 16, sala 02, Jardim Decolores, Trindade-GO, representada por seus sócios Fernando Morais Pinheiro e Alencar Amaral Muniz Júnior, ajuizou, em 06/12/2018, a presente **Ação de Recuperação Judicial**.

Extrai-se da inicial que a empresa que foi fundada em 1978, tendo como atividade principal a fabricação de sucos, cervejas, chopes, água

envasada, refrescos, xaropes e outras bebidas não alcoólicas, bem como o comércio atacadista de produtos diversos.

Aduziu autora que a matriz foi instalada na cidade de Trindade no ano de 1997, contando com unidade fabril com área de R\$24.000m² e mais 2.400m² de área administrativa. Relatou que produz/revende anualmente de 40 a 100 milhões de litros de bebidas variadas.

Sustentou que à época era responsável pela existência de mais de 400 (quatrocentos) empregos diretos e indiretos.

Expôs que a crise financeira enfrentada é setorial, decorrente da soma de diversos fatores, com destaque para crise política e econômica que assolou o país entre 2014 e 2018. Verberou ter tentado conter a crise com a aquisição de recursos financeiros junto a instituições financeiras, todavia, em razão das elevadas taxas de juros implicou em aumento nos custos da empresa, e, por conseguinte, mais endividamento, agravado pelas políticas financeiras que causaram diversos cortes em linhas de crédito. Outrossim, sofreu com inadimplência em contas a receber e ainda, em razão da inadimplência de débitos fiscais federais não conseguiu a renovação do benefício estadual FOMENTAR.

Arguiu que apesar da crise detém condições de soerguimento e superação da crise, e para tanto pleiteou a concessão da recuperação judicial.

Com observância ao disposto na Lei 11.101/2005, Lei de Recuperação e Falência, a parte autora colacionou aos autos digitais os seguintes documentos: 1) demonstrativos contábeis; 2) relação de credores; 3) relação de empregados; 4) certidão de regularidade perante a Junta Comercial demonstrando o exercício de atividade a mais de 02 (dois) anos; 5) relação de bens dos sócios controladores e dos administradores; 6) extratos bancários de contas correntes; 7) certidões dos cartórios de protesto; 8) certidões de ações em que figura como parte; 9) certidões

criminais dos atuais administradores; 10) certidões falimentares da empresa e declarações da empresa e sócios; 11) certidões cíveis e trabalhistas.

Informou que o plano de recuperação judicial seria apresentado no prazo legal e requereu urgência na análise do pedido ante a necessidade de regularização fiscal, cujo o prazo final seria 10 de dezembro de 2018.

Atribuiu à causa o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) (evento 01).

A inicial veio acompanhada de diversos documentos, dentre eles Atos Constitutivos da empresa (evento 01, arquivos 02 e 03), procuração (evento 01, arquivo 04, lista de credores com passivo de R\$9.729.729,37 (nove milhões e setecentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos).

No evento 04 foi proferida decisão recebendo a inicial e deferindo o processamento da recuperação judicial, nos termos do artigo 52, da Lei de Recuperação e Falência.

Na oportunidade foi nomeado como Administrador Judicial a empresa CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL DE RESULTADO, CNPJ nº 19.688.356/0001-98, na pessoa de seu representante legal, senhor Stenius Lacerda Bastos.

A remuneração do Administrador Judicial não foi arbitrada nos termos do parágrafo 1º, do artigo 24, da Lei de Recuperação e Falência, mas postergada a avaliação para após a apresentação de proposta de honorários. Sem prejuízo do posterior arbitramento, restou determinado o pagamento de R\$12.000,00 (doze mil reais) a título de honorários, devidos a partir de janeiro de 2019.

Constou ainda da decisão que os prazos seriam contados em dias úteis e que o valor da causa seria adequado, caso necessário, após a definição do conteúdo patrimonial pretendido.

O Administrador Judicial assinou o Termo de Compromisso em 18/12/2018 (evento 08).

O credor Wilson da Silva Ribeiro Júnior requereu habilitação de crédito (evento 11).

As empresas TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA. requereram habilitação no processo (evento 13).

Na data de 08 de fevereiro de 2019 a recuperanda apresentou PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (evento 14).

Segundo informações do plano o Quadro Geral de Credores observa a seguinte classificação com os respectivos valores:

- 1) Trabalhistas - R\$3.025,86
- 2) Quirografário - R\$8.827.513,94
- 3) Microempresas e EPP - R\$899.189,57

TOTAL : R\$9.729.729,37 (nove milhões e setecentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos)

Quanto às condições de pagamento o plano prevê:

“12.1 – Pagamento aos credores – Trabalhistas

12.1.1 – Credores trabalhistas constante da 1ª relação de credores

O tratamento que será dado aos credores constantes na atual lista de credores

será:

a) Carência

Sem carência;

b) Forma de Pagamento

Os créditos trabalhistas serão pagos em 01 (uma) parcela a ser paga no 10º dia útil subsequente à publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação e seus Aditivos.

c) Atualização de valores

Os valores serão atualizados pela variação da Taxa Referencial – TR a partir da data da assembleia de credores que aprovar o plano de recuperação judicial.

d) Encargos sociais

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei.

e) Pagamento a credores trabalhistas com ação em andamento e FGTS

Os valores decorrentes de créditos trabalhistas devidos em razão de condenação judiciais devem ser depositados no juízo de origem. Os valores de correntes de fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) devem ser depositados nas respectivas contas vinculadas.

12.1.2 – Credores trabalhistas que tiverem seus créditos reconhecidos e habilitados após a elaboração da 1ª relação geral de credores

Tendo em vista que podem existir processos trabalhistas em trâmite, ou a serem ajuizados no período de dois anos da rescisão do contrato de trabalho, em que se discutem verbas controversas e alheias ao parágrafo único do artigo 54 da Lei 11.101/05, tomando por base o princípio legal, a “IMPERIAL” pagará aludidas verbas, caso reconhecido pela Justiça do Trabalho, em 12 (doze) parcelas mensais.

12.2– Pagamento aos credores – Quirografários

O Plano de pagamento para esta classe foi concebido com base nas projeções defluxo de caixa e de resultados da empresa para os próximos 6 (seis) anos.

A classe de quirografários será subdivida em 3 (três) subclasses, a saber:

- Quirografários – Subclasse Estratégicos;
- Quirografários – Subclasse Parceiros;
- Quirografários – Subclasse Outros.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para cada uma das subclasses:

12.2.1 – Pagamento aos credores – Quirografários – Estratégicos

Os fornecedores elencados nessa subclasse são os seguintes:

TETRA PAK COMERCIALIZADOS DE EMBALAGENS LTDA	-
R\$2.695.534,46	
WILD AMAZON FLAVORS CONC. E CORANTES BEB. LTDA	-
r\$930.238,77	
NIDALA DA AMAZÔNIA LTDA	- R\$293.744,45
TOTAL SUBCLASSE ESTRATÉGICOS	- r\$3.919.607,68

Referidos fornecedores foram incluídos nessa subclasse tendo em vista que os produtos por eles fornecidos são específicos e foram desenvolvidos há muitos anos para a empresa. É relevante a importância desse fornecimento para o adequado funcionamento da operação fabril da empresa.

Assim sendo, é de fundamental importância a manutenção das relações comerciais entre a “IMPERIAL” e esses fornecedores para a garantia de sua adequada continuidade operacional.

Por essa razão, propõe a “IMPERIAL” que o saldo devido aos credores nesta subclasse, sejam pagos da seguinte forma:

a) Carência

Carência de 06 (seis) meses para início dos pagamentos, a partir da data da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial;

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos;

c) Pagamento dos valores devidos

Pagamento de 100% (cem por cento) dos valores devidos, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes;

d) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada monetariamente pela variação da TR e juros de 3% (três por cento) ao ano, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos;

e) Outros Pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior a Recuperanda também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilão Reverso, conforme previsto no item 13 deste Plano.

A empresa também propõe a utilização de bonificações em dinheiro, prêmios e verbas promocionais para pagamento ao respectivo credor, visando acelerar a amortização de sua dívida ao mesmo. Da mesma forma, também poderão ser utilizadas, nota de débito relativas a ações de mercado ou apoio para divulgação do produto, decorrentes de acordos ou contratos já firmados com fornecedores estratégicos.

12.2.2 - Pagamento aos credores - quirografários - subclasse parceiros

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica quanto à forma de pagamento aos credores dessa subclasse- Credores Quirografários - Subclasse Parceiros.

Poderão participar dessa subclasse todos os fornecedores de produtos e serviços (inclusive micro empresas e empresas de pequeno porte) que possuem créditos habilitados no processo de recuperação judicial da "IMPERIAL" e que manifestarem sua adesão nos termos e condições elencados nesta subclasse.

A adesão a esta subclasse é facultativa e aberta a qualquer credor que se enquadre na condição de fornecedor parceiro.

A criação dessa subclasse visa estimular e incentivar os credores fornecedores a assegurarem o fornecimento de mercadorias durante o período em que estiver sendo paga a dívida da recuperação.

a) Condição de adesão à subclasse

A adesão à subclasse Quirografários - **Fornecedor Parceiro** importará na assunção de obrigação de fazer por parte do fornecedor desta subclasse, qual seja, acatar pedidos mensais de compra de produto, de no mínimo 70% (setenta por cento) do valor do crédito sujeito à recuperação judicial, obrigação esta que perdurará pelo prazo de pagamento do crédito relacionado nesta subclasse.

A venda será na modalidade a prazo com 30 dias (ou, facultativamente, no prazo estipulado entre as partes).

O cumprimento desta obrigação assumida pelo fornecedor parceiro será aferido trimestralmente. O excedente de produto/serviço fornecido em um mês será considerado para fins de aferição do cumprimento da obrigação de fazer no mês seguinte.

b) Valor limite para adesão a esta subclasse

Considerando o binômio necessidade de mercadoria "X" capacidade de pagamento, a Recuperanda limitou a adesão de credores fornecedores a esta subclasse ao teto de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) que corresponde aproximadamente à 70% (setenta por cento) da média de compras mensais da empresa no último exercício, considerando-se as compras junto aos fornecedores estratégicos.

c) Forma de adesão

A adesão poderá se dar na própria assembleia de credores que deliberar sobre o plano de recuperação judicial, mediante registro em ata ou, em até 30 dias após sua realização da Assembleia Geral de Credores que aprovar o plano de recuperação, mediante requerimento expresso endereçado à Diretoria da empresa.

O registro do pedido de adesão se fará por ordem cronológica, e uma vez atingido o limite máximo estabelecido para esta subclasse R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) serão desconsiderados os pedidos de adesão que extrapolarem este teto, sendo vedada a adesão parcial (ou fracionada) de crédito.

Para efeitos de adesão será considerado o valor do crédito constante da relação de credores vigente na data da assembleia.

d) Regras de exclusão desta subclasse

A recusa em acatar os pedidos de compra dos produtos feito pela Recuperanda será considerada justa causa para exclusão desta subclasse e a reclassificação do mesmo como Credor Quirografário- Outros, aplicando-se as regras previstas no plano para esta subclasse (item 12.2.3).

Os pagamentos já realizados aos respectivos credores que eventualmente sejam excluídos desta subclasse serão considerados como amortização do saldo devido até a data da transferência para a subclasse quirografária outros.

e) Regras de fornecimento do produto

O credor fornecedor parceiro assume o compromisso de acatar, pedidos de compra de produtos e serviços no prazo estipulado no item 12.2.2 "a", em valores equivalentes a 70% (setenta por cento) do crédito sujeito à recuperação judicial, tendo como parâmetro o valor do crédito na segunda lista de credores.

Caso não consiga entregar o pedido feito dentro do mês, o fornecedor parceiro pode compensar no mês subsequente, de forma que dentro do

trimestre a média de produtos fornecidos seja compatível com o volume obrigatório a ser fornecido.

O preço do produto será definido entre as partes contratantes de acordo com os parâmetros de mercado.

f) Forma de pagamento para essa subclasse:

Ø Carência

A carência para o início dos pagamentos previstos na alínea anterior será de 06 (seis) meses, a partir da data da publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial;

Ø Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos;

Ø Encargos

Cada parcela será mensalmente atualizada pela variação da T.R. acrescida de juros 3,00% (três por cento) ao ano sobre o valor do crédito, calculados a contar da data da Assembleia Geral de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial;

Ø Amortização

Em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes.

Ø Pagamento mínimo

Para os credores desta subclasse, fica estabelecido que, após a carência, está garantido um pagamento mínimo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por credor, limitado ao valor de seu crédito.

Ø Outros pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior a Recuperanda também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilão Reverso, conforme previsto no item 13 deste Plano.

12.2.3 – Pagamento aos credores – Quirografários – Subclasse Outros

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento à essa subclasse de credores.

a) Carência

Carência de 6 (seis) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data da publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação judicial;

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos

c) Amortização

Pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes.

d) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada em pela variação da T.R acrescida de juros de 1,00% (um por cento) ao ano, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos;

e) Outros pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior a Recuperanda também propõe amortizações complementares, sob a modalidade de Leilão Reverso, conforme previsto no item 13 deste Plano.

f) Pagamento mínimo

Para os credores desta subclasse, fica estabelecido que, após a carência, está garantido um pagamento mínimo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por credor, limitado ao valor de seu crédito.

12.3 – Pagamento aos credores micro empresas e empresas de pequeno Porte (4ª classe de credores criada pela Lei Complementar 147/14)

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

a) Carência

Carência de 6 (seis) meses para início dos pagamentos, contados a partir da data da publicação da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial;

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos;

c) Amortização

Em 60 (sessenta) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes.

d) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada em pela variação da T.R acrescida de juros de 3,00% (três por cento) ao ano, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial;

e) Pagamento Mínimo

Para os credores desta subclasse, fica estabelecido que, após a carência, está garantido um pagamento mínimo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por credor, limitado ao valor de seu crédito.

12.4 – Outras considerações sobre as propostas de pagamento a credores

- Caso até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) tenha sido apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (CF. art. 7º, § 2º da Lei nº 11.101/05), os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano;
- Cumprimento das determinações da LFRE, especialmente, do artigo 50, I e XI;
- Tratamento igualitário entre credores da mesma classe;

- Viabilidade financeira do plano;
- Fazer prevalecer o espírito da Lei, tratando seus credores, parceiros históricos da empresa, com justiça e bom senso;"

Foi expedido edital comunicado o recebimento do pedido de recuperação judicial (evento 20) e publicado em 25/02/2019, conforme e-mail jungido no evento 29.

Após, a empresa WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS E CORANTES PARA BEBIDA LTDA. requereu juntada de procuração para fins de habilitação e acompanhamento do processo (evento 27).

De igual modo, foi determinada a oitiva do Ministério Público (evento 30).

O edital foi divulgado no fórum local (evento 33).

Por sua vez, as empresas TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA. e LATAS INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA. requereram juntada de procuração para fins de habilitação e acompanhamento do processo (eventos 39 e 42).

O Administrador Judicial apresentou manifestação quanto à penhora de bens em execução trabalhista em trâmite perante a 4ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, para informar se houve ou não a inclusão no Plano de Recuperação Judicial, informando que não houve penhora (evento 44).

No evento 47 foi juntado comunicação de decisão em Conflito de Competência nº 0053727-3 suscitado pela recuperanda entre o presente juízo e o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, que em sede de liminar designou este juízo para decidir acerca de pedido de transferência de valores.

Despacho constante do evento 48 determinou que fosse comunicado no Conflito de Competência suso mencionado sobre a inexistência de penhora realizada pelo juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, conforme informação do Administrador Judicial e ainda, determinou a criação de

apenso para fins de juntada dos relatórios mensais do Administrador Judicial.

Em seguida, no evento 53 foi juntado o número do processo criado para fins de reunião dos relatórios do Administrador Judicial, qual seja: 5148182.88.2019.8.09.0149.

AD PNEU FORTE requereu a habilitação no processo (evento 55).

A credora COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A. pugnou habilitação no processo (evento 59).

A recuperanda compareceu ao processo e formulou pedido de tutela antecipada para restabelecimento do benefício fomentar e restabelecimento do TARE – Termo de Acordo de Regime Especial (evento 60).

Posteriormente, foi determinada nova vista ao Ministério Público (evento 62).

TELEFÔNICA BRASIL S/A requereu habilitação na recuperação judicial (evento 65).

A empresa TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA., apresentou objeção ao plano de recuperação judicial (evento 68).

De igual modo, DÖHLER AMERICA LATINA LTDA. e PAPILLON HOTEL LTDA., requereram habilitação no processo para acompanhamento, evento 69 e 71/74, respectivamente.

A recuperanda compareceu ao processo e apresentou petição complementar ao pedido anteriormente formulado no evento 60 quanto ao restabelecimento de benefícios fiscais (evento 75).

No evento 80 foi juntado o 1º ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL onde foi alterado o modo de pagamento dos Credores Quirografários – Estratégicos. Pela nova redação restou proposto:

“a) Carência

Carência de 06 (seis) meses para início dos pagamentos, a partir da data da decisão judicial que homologar o Plano de Recuperação judicial.

b) Deságio

Os credores não terão a aplicação de deságio sobre seus créditos, condição esta que permanecerá até o encerramento da recuperação judicial, com o cumprimento integral do plano de recuperação judicial que vier a ser aprovado em Assembleia de Credores.

c) Pagamento dos valores devidos

Pagamento de 100% (cem por cento) dos valores devidos, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento 30 dias após a carência e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

d) Utilização de bônus e comissões

O credor estratégico que possuir bônus decorrentes de incentivo comercial, comissões, prêmios ou verbas promocionais junto à Recuperanda, oriundos de acordos de incentivo comercial e/ou demais contratos firmados entre as partes, poderá utilizar 50% (cinquenta por cento) destes valores para amortizar o saldo dos respectivos créditos listados no quadro geral de credores da Recuperanda. O saldo remanescente de 50% será revertido à Recuperanda conforme previsto nos acordos de incentivo comercial.

A amortização dos créditos oriundos de bônus decorrentes de incentivo comercial e/ou comissões deverá ocorrer trimestralmente, com início no mês imediatamente subsequente ao mês da homologação da aprovação do plano de recuperação judicial.

Eventuais valores retidos pelos credores, desde a data do pedido de recuperação judicial até a data da publicação do despacho que homologar o presente plano de recuperação judicial, serão utilizados da mesma forma retro descrita, ou seja, 50% será utilizado para amortização da dívida sujeita à recuperação judicial e 50% revertido em prol da recuperanda. A recuperanda demonstrará ao Administrador Judicial, para fins de acompanhamento, toda a movimentação dos valores amortizados e valores revertidos à recuperanda decorrentes dos créditos descritos.

e) Correção dos valores devidos

Cada parcela será atualizada monetariamente pela variação da TR e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da Assembleia de Credores que aprovar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos.

f) Outros Pagamentos

Além do pagamento descrito na alínea anterior, os credores inseridos nesta subclasse de credores Estratégicos também poderão participar do Leilão Reverso previsto no tópico 13 deste Plano.”

O plano consolidado com o aditivo foi juntado no evento 81.

Foi comunicada nova decisão liminar indicando o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Trindade como competente para decidir sobre transferência de valores, em razão de conflito de competência suscitado pela requerida face o juízo da 15ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO - Conflito de Competência nº 165.808.

O MINISTÉRIO PÚBLICO apresentou manifestação no evento 87, oportunidade em que afirmou não deter interesse no feito, e ainda, que não é caso de intervenção.

No evento 98 o credor SIMON COMERCIAL INDUSTRIAL LTDA., requereu habilitação de crédito e de procuradores para acompanhamento do feito.

Foi juntada nova decisão referente a Conflito de Competência suscitado pela recuperanda em face do Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO- Conflito de Competência nº 166.042 (evento 101).

Sobreveio no evento 107, petição das credoras TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA. manifestando ciência e concordância com o plano de recuperação judicial após o aditivo, e desinteresse na objeção anteriormente apresentada (evento 107).

No evento 110 a credora CLARO requereu habilitação de crédito.

O Administrador Judicial manifestou-se quanto ao pedido de tutela antecipada para fins de prorrogação de incentivos fiscais, bem como sobre a objeção anteriormente apresentada (evento 111).

No evento 112 foi juntado comprovante de publicação da 2ª relação de credores.

A recuperanda apresentou o 2º ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (evento 117).

Consta do plano a seguinte alteração:

“O item 12.1 - Pagamento aos credores - Trabalhistas do Plano de Recuperação judicial, passa a conter a seguinte redação:

12.1- Pagamento aos credores - Trabalhistas

12.1.1 - Credores Trabalhistas constantes da 1ª relação de credores

O tratamento que será dado aos credores constantes na atual lista de credores será:

a) Carência

06 (seis) meses, a contar do trânsito em julgado da decisão de homologar o Plano de Recuperação Judicial e seus Aditivos;

b) Forma de Pagamentos

Os créditos trabalhistas serão pagos em 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento 30 (trinta) dias após o término da carência e dos demais pagamentos no mesmo dia dos meses subseqüente.

c) Atualização dos valores

Os valores serão atualizados pela variação da Taxa Referencial - TR a partir da data da assembleia de credores que aprovar o plano de recuperação judicial.

d) Encargos sociais

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei.

e) Pagamento a credores trabalhistas com ação em andamento e FGTS

Os valores decorrentes de créditos trabalhistas devidos em razão de condenações judiciais devem ser depositados no juízo de origem. Os valores decorrentes de fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) devem ser depositados nas respectivas contas vinculadas;

f) Pagamento mínimo mensalmente fica desde já estabelecido que, o valor de parcela mínima a ser paga a cada credor desta classe será de R\$500,00 (quinhentos reais), limitado ao correspondente saldo da dívida.

12.1.2 – Credores trabalhistas que tiverem seus crédito reconhecidos e habilitador após a elaboração da 1ª relação geral de credores

Tendo em vista que podem existir processos trabalhistas em trâmite, ou a serem ajuizados no período de dois anos da rescisão do contrato de trabalho em que se discutem verbas controversas e alheias ao parágrafo único do artigo 54 da Lei 11.101/05, tomando por base o princípio legal, a “IMPERIAL” pagará aludidas verbas, caso reconhecido pela Justiça do Trabalho, em 12 (doze) parcelas mensais.”

Foi juntado o PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL com as devidas alterações (evento 118).

Extrai-se do evento 122 decisão acerca de matérias pendentes de análise. No tocante aos pedidos de habilitação, que fossem formulados em autos em apartada, conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/05; indeferido pedido de tutela antecipada para obtenção de benefícios fiscal; reconhecida a perda do objeto da objeção em razão da

posterior concordância das credoras e ao final determinado que fosse informado ao STJ a existência de penhoras de bens em reclamatória trabalhista que deu causa a Conflito de Competência suscita pela recuperanda.

O credor JANILSON VITOR DA SILVA requereu habilitação de crédito (evento 144).

A credora DIVERSEY BRASIL INDÚSTRIA E QUÍMICA LTDA. requereu cadastro no processo (evento 146).

A recuperanda opôs embargos de declaração da decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada (evento 147).

O MUNICÍPIO DE TRINDADE foi intimado acerca da presente recuperação judicial (evento 149).

GRASSE AROMAS INGREDIENTE requereu cadastro dos procuradores no processo (evento 150).

O credor FABIANO ALVES GUIMARÃES requereu habilitação de crédito (evento 151).

No evento 152 a recuperanda apresentou pedido de sustação de protestos e baixas de restrições junto ao SPC e SERADA alegando que a manutenção representava diversos prejuízos (evento 152).

Foi juntado nova decisão em Conflito de Competência suscitado pela recuperanda, desta vez em face da 16ª Vara do Trabalho de Goiânia, sob o nº 168.286 (evento 154).

Consta dos autos certidão narrativa (evento 156).

Diante dos novos pedidos e ainda, embargos de declaração foi proferida decisão no evento 159. Quanto aos pedidos de habilitação, determinou a habilitação em apartado, conforme entendimento anterior; em relação aos embargos de declaração, foram conhecidos, todavia, desacolhidos; foi indeferido o pedido de sustação de protestos e baixa em

negativações e por fim, deferida a prorrogação do stay period por 180 dias (evento 159).

As credoras TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, TV TOCANTINS LTDA., e TELEVISÃO RIVIERA LTDA. requereram o cadastro no processo (evento 162).

FLAVOR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. requereu cadastro e informou a apresentação de divergência (evento 165).

No evento 186 o credor DARLAN CARVALHO DOS SANTOS requereu habilitação de crédito.

O Administrador Judicial requereu habilitação da advogada IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE para fins de intimação (evento 187).

Foi comunicado no evento 189 que a recuperanda agravou da decisão que indeferiu o pedido de determinação para inclusão em programa de benefícios fiscal e que não foi deferido pedido de tutela antecipada.

O Administrador Judicial informou que em que pese tenha encaminhado mensalmente seus relatórios, a escrivania não promoveu a juntada desde o mês de julho de 2019 (evento 191).

No evento 197 foi juntada decisão no Conflito de Competência 168.268 que conheceu do conflito e atribuiu ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Trindade a análise dos pedidos inerentes a atos de constrição e expropriação de bens que integram o patrimônio da empresa em recuperação judicial.

Em relação ao Agravo de Instrumento nº 5632578.89 foi comunicada a desistência e, por conseguinte, a extinção (evento 199).

No evento 201 a credora SAPORITI DO BRASIL LTDA. requereu cadastro no processo.

Em seguida, a recuperanda compareceu ao processo e pugnou pela homologação do plano de recuperação judicial, evento 203.

Após resumo da recuperação judicial a recuperanda arguiu que não houve divergência, com a ressalva para o fato de que as credoras que outrora divergiram, acabaram por concordar com o plano após o 1º aditivo. Outrossim, sustentou ser possível a dispensa da apresentação das Certidões Negativas de Débito. Afirmou possuir certidão de regularidade fiscal nas esferas estaduais e municipais e que quanto a Federal/Previdenciária está em busca da regularização. Requereu ainda o levantamento de depósitos judiciais à disposição deste juízo nos seguintes valores: Processo nº 0010149-98.2015.5.18.0003, 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor FABIANO ALVES GUIMARAES, R\$ 9.189,00 (nove mil e cento e oitenta e nove reais); Processo nº 0010625-34.2018.5.18.0003, 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor ELIAS VALADAO JUNIOR, R\$ 9.513,46 (nove mil e quinhentos e treze reais quarenta e seis centavos); Processo nº 0011700-30.2017.5.18.0008 8ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor DANIEL CALDEIRA DOS SANTOS, R\$ 9.781,91 (nove mil e setecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) e processo nº 0010513-02.2017.5.18.0003, 3ª Vara do Trabalho de Goiânia, credor ALEF FABRICIO BRITO RAMOS, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

A petição veio acompanhada de Certidão de Débitos Tributários que indicam o parcelamento junto ao Estado de Goiás e ausência de débitos com o Município de Trindade, além de Termo de Acordo de Parcelamento de Débito com o Estado de Goiás e com a Receita Federal. Foi juntada ainda decisões da Justiça do Trabalho nos processos que pretende o levantamento de valores.

Com a decisão do evento 204 houve a homologação do plano de recuperação judicial e seus aditivos.

A credora LATAS INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE ALUMÍNIO DO BRASIL S/A informou seus dados bancários para pagamento, evento 207.

No evento 212 foi proferida despacho de organização processual que determinou o bloqueio do evento 208, eis que se tratava de pedido de habilitação de crédito trabalhista, o qual deveria ser formulado em apartado, bem como a autuação, também em incidente autônomo, do pedido feito pela recuperanda de autorização para prorrogação de pagamento de impostos federais e estaduais, bem como os parcelamentos realizados.

NATURASUC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Em Recuperação Judicial, peticionou no evento 215 requerendo a habilitação de seus advogados.

Por sua vez, a certidão do evento 270 indicou, dentre o cumprimento de outras providências, o desentranhamento do pedido do evento 209, atuado em apartado (5227424.62.2020.809.0149) e em seguida bloqueado o evento 209.

À frente, eventos 271, 276 e 277, respectivamente, as credoras TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, TV TOCANTINS LTDA e TELEVISÃO RIVIERA LTDA; TELEFÔNICA BRASIL S.A. e WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS E CORANTES PARA BEBIDA LTDA indicaram seus dados bancários.

FLAVOUR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA se manifestou no evento 272, comprovando o encaminhamento, à recuperanda, dos dados bancários e, ainda, a formulação junto à Administradora Judicial, de pedido de esclarecimento quanto a divergência de crédito.

De igual modo GRASSE AROMAS E INGREDIENTES LTDA indicou o envio dos dados bancários à Recuperanda, evento 273.

TETRA PAK LTDA. e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS LTDA opuseram embargos de declaração, apontando a existência de erro material na decisão do evento 204, em relação ao valor total do crédito, o qual, em verdade, totaliza, R\$ 2.856.247,78.

O Administrador Judicial comunicou, no evento 275, sua dificuldade de comunicação com a Escrivania, que não estava anexando, no apenso protocolo n. 5148182.88.2019.8.09.0149, os relatórios mensais nos formatos enviados.

NATURASUC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA reiterou o pedido de cadastramento de seus procuradores e informou interesse em se habilitar como credor fornecedor parceiro, evento 278.

No evento 279 foi juntado ofício enviado pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, oriundo do processo n. 0010979-27.2016.5.18.0004 solicitando indicação da conta para a qual deveria ser transferido o saldo de depósito judicial realizado naquele processo em 03/11/2017.

TECNOVIN DO BRASIL LTDA; WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e INDÚSTRIAS REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHO - 3 FAZENDAS LTDA requereram sua habilitação no processo, eventos 280, 281, e 282, respectivamente.

Em seguida, evento 284, a recuperanda informou que não foi possível realizar o pagamento de sete credores, sendo 04 credores da classe microempresas e empresas de pequeno porte e 03 credores quirografários, pugnando assim pelo depósito judicial dos valores. Outrossim, informou que o Cartório do Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Trindade se recusa a retirar os protestos que foram novados nos termos da decisão de homologação judicial, requerendo que seja oficiado para fins de promover a baixa de todos os protestos anteriores a 06.12. 2018.

No evento 287 foi deferida a habilitação dos procuradores dos requerido e a consignação em juízo dos valores devidos aos credores não localizados. Quanto aos demais pedidos, houve a intimação da recuperanda.

Por meio da petição do evento 293 o Administrador prestou esclarecimentos sobre a divergência de valores alegada pelas empresas

TETRA PAK e TETRA PAK COMERCIALIZADORA DE EMBALAGENS. Na oportunidade, em relação ao ofício encaminhado pela Justiça do Trabalho, afirmou não constar crédito em nome de JHEIMISON OLIVEIRA SANTOS no Quadro Geral de Credores, e quanto à divergência da empresa FLAVOUR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA arguiu ser intempestiva.

À frente, o 2º Tabelionato de Protesto e Registro de Pessoas Jurídicas Títulos e Documentos de Goiânia informou que foram tomadas as providências para o integral cumprimento da decisão deste juízo, evento 294.

No evento 295 sobreveio expediente oriundo da 1VARACPREV – Vara de Ações Previdenciárias do Distrito Federal noticiando a transferência do valor de R\$ 2.454,81 (dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos), constante da conta judicial nº 100110074801, para conta judicial n. 4600113388672 à disposição da 2ª Vara Cível da Comarca de Trindade/GO, vinculada aos autos da Recuperação Judicial processo nº 5583251.53.2018.8.09.0149.

Em seguida, evento 296, a recuperanda: a) informou que o pagamento dos credores está sendo realizado mediante transferência para as contas bancárias informadas no processo; b) se manifestou pela rejeição dos Embargos de Declaração opostos no evento 274; c) pugnou pela transferência dos valores depositados na Execução Trabalhista n. 0010979–27.2016.5.18.0004 para conta judicial em seu nome no Banco do Brasil (Agência n. 2738, Conta Judicial n. 2000124632269); d) afirmou ter interesse que a credora Naturasuc Indústria e Comércio Ltda seja enquadrada como Credora Parceira, nos termos da Cláusula 12.2.2 do Plano de Recuperação Judicial; e) elencou as contas judiciais abertas em nome dos credores não localizados; f) requereu o chamamento do feito à ordem, com a análise do pedido externado no evento n. 284 e consequente

expedição de ofício ao Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Trindade e ao Tabelionato de Protestos e Títulos da Comarca de Uberlândia/MG para que procedam à baixa dos protestos tirados em face da Recuperanda, cuja data da dívida seja anterior ao dia 06.12.2018, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente e, por fim, g) intentou a reabertura do prazo para que os credores manifestem interesse na adesão à subclasse de parceiros.

Com a decisão do evento 298 houve: a) o indeferimento do pedido formulado pela credora FLAVOUR MIX INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA no evento 272; b) conhecimento e rejeição dos embargos de declaração do evento 274; c) deferimento da adesão da empresa Naturasuc como credora parceira; d) expedição de ofício à 4ª Vara da Justiça do Trabalho de Goiânia, informando que a quantia devida à recuperanda - na ação protocolo n. 0010979.27.2016.5.18.0004 deverá ser transferida para o Banco do Brasil, agência do n. 2738, conta judicial 2000124632269; e) a expedição de ofício ao Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Trindade e ao Tabelionato de Protestos e Títulos da Comarca de Uberlândia/MG, enviando-lhes cópia da decisão do evento 204 para que procedessem à baixa dos protestos tirados em face da Recuperanda, cuja data da dívida seja anterior ao dia 06.12.2018; f) a intimação do Administrador Judicial para se manifestar sobre o pedido de “reabertura do prazo para adesão ao grupo de credores parceiros”, bem como sobre a comunicação de depósito feita pelo Juízo da Vara de Ações Previdenciárias do DF. Em relação a aludida comunicação foi ouvida também a recuperanda, que nada manifestou.

No evento 304 o Administrador Judicial informou não vislumbrar óbice à dilação de prazo, com a concessão de 60 (sessenta) dias para que os credores quirografários manifestem interesse na adesão à Cláusula 12.2.2

do Plano de Recuperação Judicial, na subclasse “Credores Quirografários Parceiros”. Quanto ao depósito realizado pela Vara de Ações Previdenciárias informou aguardar o posicionamento da recuperanda a respeito.

Através do ofício do evento 308 o Cartório do 1º Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Goiânia informou que os protocolos de números 6.692.492, 6.736.697 e 6.893.385, tiveram os efeitos do protesto suspensos em 13/11/2020.

Em seguida, evento 309, a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“IMPERIAL”), CNPJ/MF N. 00.552.646/0001-81, comunicou a existência de duas execuções em trâmite perante a Comarca de Gurupi-TO, protocolos n. 5000188-19.2007.8.27.2722 e 5000337-78.2008.8.27.2722 ajuizadas por Credival - Participações, Administração e Assessoria LTDA em desfavor de Refrigerantes Imperial Ltda (CNPJ nº 01.542.810/0001-32), sócia majoritária da Requerente.

Assevera que as execuções se encontram em fase expropriatória, pois penhorado o imóvel matrícula 30.519, local em que se situa o pátio industrial da empresa recuperanda. Indica a existência de carta precatória em trâmite junto à 1ª Vara Cível de Trindade (protocolo n. 0037815-63.2011.8.09.0149), em que o exequente pugnou pelo aproveitamento da avaliação já realizada em outro processo para que o imóvel seja alienado judicialmente.

Apresenta documentos indicando que o imóvel matrícula n. 30.519, em verdade, pertence à empresa Aliança Administradora LTDA e se encontra locado à recuperanda, Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A, conforme contrato juntado no evento 309, arquivo 6.

Ao final requer que este Juízo recuperacional se declare positivamente competente para tratar das penhoras incidentes sobre o imóvel de

matrícula n. 30.519 do CRI de Trindade/GO, com consequente revogação das penhoras determinadas pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, nos autos das Ações de Execução nº 5000188-19.2007.8.27.2722 e 5000337-78.2008.8.27.2722.

A interlocutória do evento 309 foi instruída com documentos.

No evento 312 SIMON COMERCIAL INDUSTRIAL LTDA requereu a desabilitação de sua procuradora, a advogada Dra. Tatiana Givisiez von Kriiger.

Logo após, evento 313, a empresa ALPHA COLOR ETIQUETAS E RÓTULOS LTDA requereu sua habilitação no processo e indicou conta corrente para depósito.

Por sua vez, a decisão do evento 314 deferiu a reabertura de prazo para que os credores quirografários manifestassem interesse na adesão à Cláusula 12.2.2 do Plano de Recuperação Judicial, na subclasse “Credores Quirografários Parceiros” e, em seguida, indeferiu o pedido de tutela de urgência antecipada e por consequência não reconheceu a atração da competência do juízo da recuperação judicial sobre aquele onde tramita a execução.

No despacho do evento 318 determinou-se o **desentranhamento** da interlocutória do evento 309 e documentos que a acompanham, com consequente autuação em apartado, independentemente do recolhimento de custas, a fim de manter a regularidade deste processo.

Com a interlocutória do evento 320 a recuperanda noticiou a realização de transação individual para fins de regularização tributária e, ainda, o atendimento às determinações deste juízo no evento 314.

O senhor DARLAN CARVALHO DOS SANTOS, em petição jungida no evento 324 reiterou pedido de habilitação de crédito trabalhista.

No evento 325 o credor RODOVIÁRIO SASTRE LTDA - EPP informou sua alteração contratual, passando a utilizada a denominação RODOVIÁRIO

SASTRE EIRELI e ainda, que em razão do encerramento das suas atividades promoverá o encerramento de todas as contas bancárias, assim, informa nova conta bancária, em nome de MÁRCIO HENRIQUE SASTRE.

A petição foi instruída com contrato social de transformação de sociedade empresária em empresa individual e termos de rescisão de contratos de trabalho.

A credora INDÚSTRIA REUNIDAS DE BEBIDAS TATUZINHI 3 FAZENDAS LTDA requereu a juntada de substabelecimento, evento 326.

Sobreveio, no evento 328, pedido de despacho da Presidência do Superior Tribunal de Justiça requerendo informações deste juízo no conflito de competência n. 181097 - GO (2021/0214037-3).

Em despacho proferido no evento 329 foi determinada a intimação do representante legal do credor RODOVIÁRIO SASTRE EIRELI para que comprovasse a baixa na empresa perante a junta comercial e inexistência de ônus, a fim de evitar possíveis prejuízos a terceiro e ser analisado pedido de alteração de contas bancários para pagamento em cumprimento ao plano de recuperação judicial.

Nos eventos 332/334 sobreveio pedido de informação do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, acerca do andamento da recuperação judicial, ante a existência de execução fiscal em tramitação sob o nº 0021352-26.2015.8.27.2729.

O senhor MARCIO HENRIQUE SASTRE juntou no evento 336 cópia do instrumento de desconstituição de empresa que informa acerca da inexistência de passivo deixado pela empresa RODOVIÁRIO SASTRE EIRELI. Assim, requereu o deferimento do pedido formulado no evento 325 no tocante a alteração de conta bancária para recebimento de crédito junto a recuperanda.

Nos eventos 337/339 foi juntado ofício enviado a este juízo pela 12ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO comunicando que no bojo do processo n.

0011498-80.2013.5.18.0012 foi determinada a transferência da quantia de R\$ 446,87 para este juízo, vinculada à presente recuperação judicial (ID do Depósito: 40124100022109135, Banco: 104, Agência: 1241 - Caixa Econômica Federal).

Em seguida, evento 340, sobreveio ofício encaminhado pela 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa noticiando que os depósitos da Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, realizados na ação trabalhista protocolo n. 0048100-44.2004.5.13.0006, no importe total de R\$ 121.482,26 foram transferidos para o juízo da 2ª Vara Cível de Trindade - processo n. 5583251- 53.2018.8.09.0149 - conta judicial 2000124632269, agência 2738, Banco do Brasil.

O despacho do evento 341 deferiu o pedido de alteração dos dados bancários formulado por MÁRCIO HENRIQUE SASTRE, determinou a expedição de certidão narrativa do processo, bem como a expedição do ofício à Caixa Econômica Federal para que envie a este juízo extrato de movimentação em conta judicial vinculada a este processo.

Em seguida, evento 345, foi juntada decisão do Superior Tribunal de Justiça no conflito de competência n. 181097 - GO (2021/0214037-3), em que se reconheceu a competência deste juízo da 2ª Vara Cível de Trindade para deliberar sobre os atos executivos referentes ao patrimônio vinculado à recuperação judicial.

Logo após, a gerência da Caixa Econômica Federal, por e-mail, informou que a conta judicial indicada não consta na base de dados daquela instituição, evento 347.

Através da petição do evento 348 ANAIRTON FERREIRA DE LIMA informa ser credor da recuperanda, no valor de R\$ 186.696,74 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos), em virtude do processo trabalhista 0010533-64.2015.5.18.0002e requer o levantamento da quantia de R\$ 57.370,24

(cinquenta e sete mil trezentos e setenta reais e vinte e quatro centavos) depositada em juízo, já vinculada àquele processo trabalhista.

No evento 349 foi juntado ofício oriundo da 2ª Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá requisitando a este juízo a habilitação e inclusão do rol de credores, neste processo.

Com o ofício do evento 350, o Tabelionato de Protesto de Títulos de Uberlândia informou o cancelamento de protestos em nome da recuperanda.

Logo após, a advogada da autora juntou substabelecimento com reserva de poderes, evento 351.

Feita a conclusão do processo, foi exarado despacho no evento 352, determinando a expedição de novos ofícios à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, solicitando os números das contas judiciais vinculadas a este processo.

Por meio da interlocutória do evento 354, a recuperanda informa que, por equívoco, no bojo da execução trabalhista nº 0010805-47.2018.5.18.0004 – movida por GLEICIEL MARQUES MARTINS BISPO em desfavor da Recuperanda, que tramita perante a 4ª Vara do Trabalho de Goiânia – foi deferida a penhora de créditos seus, que já haviam sido reconhecidos como de caráter concursal.

Menciona que posteriormente referido juízo reconsiderou a decisão, ordenando o cancelamento da ordem judicial de penhora de créditos e a expedição de ofício a este juízo para que decida sobre o destino dos ativos da credora.

Nesse contexto, requer que se oficie o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia, nos autos nº 0010805-47.2018.5.18.0004, autorizando o levantamento dos valores depositados naquele feito em conta corrente a ser indicada pela Recuperanda.

Ainda no evento 354 requer a expedição de ofício ao Banco do Brasil, autorizando o levantamento da quantia depositada na Conta Judicial vinculada a este feito, conta judicial nº 2000124632269, ordenando a transferência para o Banco Bradesco (237), Agência nº 3684, Conta Corrente nº 75001-8, titularidade de Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A (CNPJ 00.552.646/0001-81).

No mesmo ato, requer que seja enviado ofício ao juízo da 6ª Vara do Trabalho de Goiânia, nos autos das execuções trabalhistas nº 0011051-03.2019.5.18.0006 e 11051-03.2019.5.18.0006, a fim de que informe se há valores depositados naqueles autos, bem como efetue a transferência para a Conta Judicial vinculada a esse Juízo (Banco do Brasil, Agência 2738, Conta Judicial nº 2000124632269).

Em seguida, evento 355, sobreveio despacho do juízo da 4ª Vara do Trabalho de execução trabalhista nº 0010805-47.2018.5.18.0004 solicitando deliberação sobre os créditos existentes em favor da recuperanda.

No evento 356 a recuperanda comparece ao processo e formula pedido de prorrogação da recuperação judicial ao argumento de que subsistem questões relevantes que demandam supervisão judicial. Assevera que a condição de empresa em recuperação judicial permitiu a renovação do programa FOMENTAR, bem como o parcelamento de débito tributários e que em caso de encerramento da recuperação poderá perder os incentivos e condições de continuidade no mercado. Aduz ser admissível a prorrogação da recuperação judicial pelo princípio da preservação da empresa. Ao final, pugnou pela oitiva do Administrador Judicial e deferimento do pedido de prorrogação por mais 02 (dois) anos.

Através do despacho do evento 358 determinou-se a intimação do Administrador Judicial para informar se o crédito do senhor Gleicieli Marques Martins Bispo é concursal e já está habilitado, bem como sobre o

cumprimento do plano de recuperação judicial até a presente data e ainda, no tocante ao pedido de prorrogação da recuperação judicial, no prazo de 10 (dez) dias.

No evento 366 foi juntado ao processo comprovante de transferência da quantia de R\$ 7.408,73 (sete mil, quatrocentos e oito reais e setenta e três centavos), da 14ª Vara do Trabalho de Goiânia para este processo.

Logo após, o Administrador Judicial apresentou manifestação, evento 367. Inicialmente destacou que o crédito objeto da Reclamatória Trabalhista nº 0010805-47-2018.5.18.0004, promovida pelo credor Gleiciel Marques Martins Bispo é concursal e não está habilitado nesta recuperação judicial, tendo em vista que não consta no quadro geral de credores e não houve pedido de habilitação administrativa ou perante esse juízo.

Em seguida, informou que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido pela recuperanda e manifestou-se favorável à prorrogação do período de fiscalização por mais dois anos.

YELLOW CONVENIÊNCIA E EMPÓRIO EIRELE - ME, no evento 369, requereu habilitação de crédito no importe de R\$ 6.879,06 (seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e seis centavos), em razão de sua condenação nos autos do processo de nº 5093582-91.2017.8.09.0051, que tramitou no 9º Juizado Especial Cível da Comarca de Goiânia-GO, arguindo que do referido valor R\$ 1.146,51 (um mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos) corresponde a natureza alimentar, tendo em vista que se trata de honorários sucumbenciais.

Logo após, eventos 370/371 FRANCINALDO BATISTA DOS SANTOS requereu a habilitação de crédito trabalhista na importância de R\$ 36.502,54

Veio o processo concluso.

É o relato.

Decido.

O processo encontra-se em ordem e as partes representadas, não havendo irregularidades ou nulidades a serem sanadas.

Ressalto que o processo teve tramitação normal e que foram observados os interesses dos sujeitos da relação processual quanto ao contraditório e ampla defesa. E, ainda, que estão presentes os pressupostos processuais.

Cabível o julgamento do feito no estado em que se encontra, eis que desnecessária a produção de outras provas.

DOS PEDIDOS DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

No que se refere aos pedidos de habilitação de crédito, infere-se que realizados pela via inadequada.

É de se destacar que no evento 204 foi homologado o plano de recuperação judicial, e ainda, na mesma decisão, além de outras matérias, foi determinado que em relação aos pedidos de habilitação de crédito que fosse promovida a autuação em apartado, conforme previsão legal, nos termos do artigo 10 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Anteriormente, no evento 194 também já havia sido determinada a habilitação nos termos legais.

Portanto, não há que se falar em habilitação conforme pleiteado por YELLOW CONVENIÊNCIA E EMPÓRIO EIRELE - ME, e FRANCINALDO BATISTA DOS SANTOS, ante a inadequação da via eleita.

Conforme se verá à frente a presente recuperação judicial se encontra apta ao encerramento.

Isso porque, o artigo 10, § 9º da Lei 11.101/05, com redação dada pela Lei nº 14.112/2020 preceitua: "A recuperação judicial poderá ser encerrada ainda que não tenha havido a consolidação definitiva do quadro-geral de credores, hipótese em que as ações incidentais de habilitação e de

impugnação retardatárias serão redistribuídas ao juízo da recuperação judicial como ações autônomas e observarão o rito comum”.

Com efeito, após o decreto de encerramento da recuperação judicial, as habilitações e impugnações pendentes devem ser convertidas em ações autônomas, pelo procedimento comum, perante o juízo recuperacional.

DO ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Claramente o princípio da preservação da empresa foi o pano de fundo para a edição da Lei 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas. O objetivo de proporcionar ao empresário devedor condições para superar a crise econômico-financeira está cristalizado na redação do artigo 47 da referida lei:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Sob esse prisma, tem-se que a presente ação caminha para seu termo final.

Da análise do processo tem-se que a presente recuperação judicial foi protocolada em 06.12.2018. Na data de 09.12.2018 deferiu-se o processamento da recuperação, tendo o plano recuperacional sido homologado em 10.03.2020, data em que se iniciou o período de 02 (dois) anos previsto no artigo 61 da Lei 11.101/05, tido como período de observação.

Sobre o encerramento do processo de recuperação judicial, a legislação de regência preceitua:

“Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o juiz poderá determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano que vencerem **até, no máximo, 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial**, independentemente do eventual período de carência. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

§ 1º Durante o período estabelecido no **caput** deste artigo, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 desta Lei.

§ 2º Decretada a falência, os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

Art. 62. **Após o período previsto no art. 61 desta Lei, no caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação judicial, qualquer credor poderá requerer a execução específica ou a falência com base no art. 94 desta Lei.**

Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no **caput** do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará:

I - o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III do **caput** deste artigo;

II - a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas;

III - a apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;

IV - a dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial;

~~V - a comunicação ao Registro Público de Empresas para as providências cabíveis.~~

V - a comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

Parágrafo único. O encerramento da recuperação judicial não dependerá da consolidação do quadro-geral de credores. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) [negrito inserido]

Da exegese dos dispositivos supratranscritos infere-se que, uma vez homologado o plano de recuperação judicial a recuperanda ingressa em período de observação que se estende por dois anos. Nesse período, o juízo recuperacional acompanha o cumprimento das cláusulas do plano homologado e, ao final do biênio, deve verificar se é caso de se convolar a recuperação judicial em falência ou encerrar a recuperação.

Sobre o assunto, leciona Manoel Justino Bezerra Filho, no livro Lei de Recuperação de Empresas e Falência, 8ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 189:

"O art. 61, estabelece que, concedida a recuperação judicial, o devedor permanece nesse estado durante dois anos, devendo cumprir todas as obrigações que se vençam dentro desse prazo, sob pena de decretação de falência. Após tal período, verificado o cumprimento das obrigações que foram de vencendo, aplica-se o art. 63, mediante o qual o juiz decreta, por sentença, o encerramento da recuperação judicial. Se após essa sentença houver descumprimento de outras obrigações assumidas, o credor poderá requerer execução ou falência, evidentemente em pedido que será distribuído livremente.

Se, durante esse prazo de observação de dois anos, que se inicia a partir da decisão que deferiu a recuperação judicial (art. 58), o devedor deixar de cumprir obrigação assumida no plano apresentado, será decretada sua falência".

Na situação em análise, através da interlocutória do evento 356, a parte autora defende a necessidade de prorrogação da recuperação judicial – dilação do prazo de observação – principalmente, para que possa continuar sendo beneficiada por incentivos fiscais, incluindo o programa FOMENTAR.

Destaque-se que, como visto alhures, a legislação não prevê a possibilidade de dilação desse período de supervisão judicial. Findo o biênio previsto do artigo 61 há duas opções, encerramento da recuperação judicial ou convação em falência. A lei não colocou à disposição dos operadores do direito a opção de prorrogação do período de observação.

Isso porque, o status de empresa em recuperação judicial possui caráter transitório. É uma medida excepcional, uma ferramenta de respiro disponibilizada à empresa para que, nesse período busque meios para restabelecer sua saúde financeira.

Por certo que o instituto da recuperação judicial vai ao encontro do princípio da preservação da empresa, e justamente por isso que não pode se estender demasiadamente, sob pena de mal uso do processo de recuperação judicial.

Ora, a empresa em recuperação possui vantagem em relação às pessoas jurídicas em funcionamento regular, mormente diante da possibilidade de utilização de incentivos fiscais do governo. Manter a empresa em recuperação por período superior ao previsto em lei causa, por certo, grave desequilíbrio concorrencial entre as empresas do mesmo ramo de atividade.

Nesse cenário e à míngua de previsão legal tem-se que o pedido de prorrogação da recuperação judicial, formulado pela autora, não merece prosperar.

Mesmo que haja obrigações futuras a serem adimplidas pela recuperanda, inexistente empecilho para o encerramento da recuperação, eis que findo o período de observação.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça em relação ao prazo do artigo 61 da Lei de Recuperação de Empresas: “expirado esse prazo, ainda que remanesçam obrigações a serem efetivadas, ou existam impugnações de crédito pendentes de julgamento ou de trânsito em julgado, encerra-se o processo de recuperação, e o credor fica com a garantia de um título executivo judicial (STJ. AgInt no REsp 1710482 MS 2017/0277735-6, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Julgamento 10/02/2020, T3, Publicação DJe 13/02/2020).

A propósito destaque, também, a seguinte ementa exarada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL FINDO O PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS DA CONCESSÃO DO PEDIDO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA RECURSAL. HOMOLOGAÇÃO. OBRIGAÇÕES VINCENDAS NÃO IMPEDEM O ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Homologa-se o pedido de

desistência do presente recurso e nega-se conhecimento, posto que prejudicado (artigo 932, III, CPC c/c artigo 175, XV, RITJGO). O recorrente pode, a qualquer tempo, desistir do recurso por ele interposto, sem anuência da parte adversa (art. 998, CPC). Constatada a falta de interesse, julga-se prejudicado o apelo. 2. A Lei nº 11.101/2005 estabeleceu o prazo de 2 (dois) anos para o devedor permanecer em recuperação judicial, que se inicia com a concessão da recuperação judicial e se encerra com o cumprimento de todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos do termo inicial. 3. O encerramento da recuperação judicial não pressupõe a quitação de todos os débitos da empresa devedora incluídos no plano de reorganização da empresa, mas tão somente exige o adimplemento das parcelas vencidas nos dois primeiros anos. Se ocorrer o inadimplemento das obrigações durante os 2 (dois) anos a que se refere o caput do art. 61 da Lei n. 11.101/2005, o juiz deve convolar a recuperação em falência. Outrossim, se o descumprimento ocorrer depois de escoado o prazo de 2 (dois) anos, qualquer credor poderá pedir a execução específica assumida no plano de recuperação ou requerer a falência com base no art. 94 da Lei. 4. PRIMEIRO E QUARTO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SEGUNDO E TERCEIRO RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL PREJUDICADOS. (TJGO, PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> QUÁDRUPLA APELAÇÃO CÍVEL N. 0237902-46.2015.8.09.0100. 5ª CÂMARA CÍVEL. Rel. Des(a). GUILHERME GUTEMBERG ISAC PINTO, julgado em 29/07/2021.)

Para o caso em exame o período de supervisão findou-se em março de 2022 não havendo, até a presente data notícia sobre eventual descumprimento do plano homologado.

No relatório do Administrador Judicial do mês de junho de 2022 (anexado no evento 63 do processo n. 5148182-88) constou que:

"11. A recuperada está adimplente com o cumprimento do plano de recuperação judicial, como atestado pelo auxiliar contábil desta administradora judicial (item 5) '...Relatamos que, consoante esclarecido acima e demonstrado pelos documentos apresentados / planilha de cálculo, não detectamos a descontinuidade dos pagamentos / descumprimento do plano de recuperação homologado.'.

(...)

Ressalta-se, ainda, que o Plano de Recuperação Judicial, cujos pagamentos se iniciaram em outubro de 2020, está sendo devidamente cumprido pela recuperanda, ressalvada apenas a questão dos credores que não indicaram as contas para recebimento e não possuem cadastro ativo perante a Receita Federal do Brasil, cujos valores serão depositados em

juízo conforme autorizado por esse juízo na decisão de evento 287 dos autos principais 5583251-53.2018.8.09.0149.”

Com efeito, terminado o período de prova e não havendo notícia de descumprimento do plano, presentes os requisitos para que seja decretado o encerramento da recuperação judicial.

DO VALOR DA CAUSA

Na petição inicial a parte autora atribuiu à causa o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Ocorre que, quando deferido o processamento da recuperação judicial consignou-se que o real valor da causa seria fixado, ao final, a partir da identificação do passivo da empresa, o qual corresponde ao benefício econômico pretendido.

Na situação em análise, a partir do plano de recuperação consolidado, o qual consta do evento 118 do processo infere-se que o débito da empresa em relação a todas as classes de credores é de R\$ 9.729.729,37 (nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos).

Conforme consignado alhures, o valor da causa deve corresponder ao benefício patrimonial perseguido na respectiva ação, sendo certo que o artigo 259 estabelece um elenco de causas cujos valores deverão ser estabelecidos de acordo com as regras traçadas naquele dispositivo legal.

Por sua vez, o artigo 292, § 3º do Código de Processo Civil estabelece: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

(...)

§ 3º O juiz corrigirá, **de ofício** e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes. [negrito inserido]

Como ensina Nelson Nery Junior, em Código de Processo Civil Comentado, 2015, p. 834, “o juiz tem o dever de zelar pelos requisitos do CPC/1973 282 e 283 (CPC 319 e 320), entre os quais se encontra o valor

da causa. Em razão disso, o juiz tem o poder-dever de determinar, de ofício, que seja regularizado o valor da causa, bem como recolhidas as custas judiciais complementares (cf. José Carlos Francisco. Valor da causa: natureza e controle judicial de ofício [Est. Delgado, p. 307])”

Assim, constatada a incorreção quanto ao valor da causa deve o Magistrado, inclusive ofício, determinar sua regularização.

Assim, em observância ao disposto no artigo 292, §3º do Código de Processo Civil corrijo o valor da causa, ficando atribuído a ela o valor de R\$ 9.729.729,37 (nove milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos), devendo a parte autora ser intimada para recolher todas as despesas processuais com base nesse valor atualizado da causa.

À Serventia para que proceda às retificações junto sistema.

É o quanto basta.

Isto posto, DECRETO o encerramento da recuperação judicial de INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.552.646/0001-81, na forma do artigo 63 da Lei n. 11.101/05.

Por conseguinte, determino a **intimação** do Administrador Judicial para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias apresente relatório circunstanciado sobre a execução do plano de recuperação judicial pela empresa devedora. No mesmo prazo, deverá o Administrador Judicial prestar contas finais sobre os honorários recebidos até o momento para que, aprovado o relatório, os valores remanescentes, caso haja, lhes sejam pagos.

Nos termos do artigo 63, IV, da Lei 11.101/05 exonero o Administrador Judicial do encargo a partir da publicação desta sentença, com exceção do cumprimento das determinações acima.

Registre-se que não há comitê de credores a ser desconstituído.

Remeta-se o processo à Contadoria para que calcule as custas judiciais com base no atual valor da causa. Após, intime-se a recuperada para proceder seu recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias.

Oficie-se à Junta Comercial do Estado de Goiás e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, comunicando-lhes sobre o encerramento da recuperação judicial, para as providências cabíveis.

Ainda, **oficie-se** às Varas Cíveis, Juizados Especiais Cíveis e Fazendas Públicas desta Comarca, bem como às Varas da Justiça do Trabalho e Justiça Federal, dando-lhes ciência da presente decisão, bem como à Corregedoria Geral de Justiça para que auxilie, caso possível, na comunicação desta sentença aos demais órgãos do poder judiciário.

Por ora, deixo de determinar a expedição de alvará para levantamento de valores, eis que os bancos oficiados não informaram o saldo disponível nas contas judiciais.

Quanto ao valor de R\$ 7.407,27 (sete mil, quatrocentos e sete reais e vinte e sete centavos transferido para este juízo, pela 14ª Vara do Trabalho de Goiânia (processo n. 0010630-23.2018.5.18.0014), intime-se o administrador judicial e a recuperanda para que se manifestem a respeito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Em relação ao valor de R\$ 88.141,74 (oitenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), supostamente penhorado indevidamente em nome da recuperanda, inexistente no processo comprovação de que a penhora tenha realmente se efetivado, tampouco da conta em que o valor se encontra depositado.

Assim, **oficie-se** em resposta ao expediente do evento 355 (processo n. 0010805-47.2018.5.18.0004 - 4ª Vara do Trabalho de Goiânia) para que informe se a penhora realizada em nome da empresa Indústria e Comércio de Bebidas Imperial foi de ativos financeiros e, em caso positivo,

indique o número da conta em que realizado o depósito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Arquivem-se os incidentes protocolos n. 5043457-48 e 5148182-88, inaugurados em apartado para, mantendo a organização processual, receber as contas demonstrativas mensais da recuperanda e os relatórios mensais do Administrador Judicial, respectivamente.

Proceda-se com a intimação da empresa, por seu procurador, bem como de todos os advogados cadastrados no feito.

Intimem-se o Administrador Judicial, o Representante do Ministério Público e os Procuradores das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal.

Cumpridas todas as determinações e certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se o processo com as baixas devidas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Trindade, datado e assinado digitalmente.

Liciomar Fernandes da Silva
Juiz de Direito
(Assinado digitalmente)

(...)

4. Em face da referida decisão foi apresentado Embargos de Declaração pela recuperanda (evento 378), o qual aguarda deliberação desse juízo.

5. A empresa Wol - Consultoria e Serviços Contábeis, auxiliar desta Administradora Judicial, devidamente autorizado por esse Juízo, apresentou as suas análises, nos termos do art. 22, inciso II, letra "c" da Lei de Falências e Recuperação de Empresas - LFR, a saber:

Wol
Perícia e Consultoria Contábil
Goiânia, 29 de julho de 2022


A'

CINCO S - Consultoria Organizacional
Stenius Lacerda Bastos EIRELI - ME
Att. Stenius Lacerda Bastos
Administrador Judicial.

Relatório Mensal de Acompanhamento das atividades da Recuperação Judicial Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A

Apresentamos ao Sr. Administrador Judicial no processo de Recuperação Judicial da empresa **Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A**, processo nº 5583251.53.2018.8.09.0148, o relatório de acompanhamento de atividades contábeis 041 - Auxiliar Contábil, de análise dos demonstrativos contábeis, apresentados durante o processo de retomada. Conforme previsto no Art. 22 incisos II, alínea "C", da Lei 11.101/2005.

Atenciosamente


Wol Consultoria e Serviços Contábeis Eireli
Wanderley de Oliveira Leite
CRC/GO 012506

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
Perícia e Consultoria Contábil

1. Informações Preliminares

Dando continuidade ao acompanhamento mensal dos dados econômico-financeiros da Recuperanda, que é o estudo/interpretação das demonstrações contábeis (Balanço patrimonial, DRE e ÍNDICES DE LIQUIDEZ) no período de maio de 2022 para junho de 2022, para podermos assim interpretar a situação presente e a sua prestação de contas dos fatos e atos ocorridos no período.

O presente relatório de acompanhamento foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, observando as normas contábeis pertinentes a este estudo/análise com inspeções técnicas contábeis que não tiveram o objetivo de realizar uma auditoria completa nas demonstrações de resultado da Recuperanda, mas analisar os dados e resultados apresentados pela devedora. Desta forma, por não ter sido feito uma auditoria completa, não foi realizado aqui alguns procedimentos inerentes, tais como a validação e confirmação de saldos e levantamento de estoques e contingentes tributários, limitando a nossa responsabilidade aos dados constantes nos documentos disponibilizados na forma das disposições da Lei 11.101/05.

Nesse relatório de acompanhamento, atentei para a análise das informações contábeis e financeiras (prestação de contas), disponibilizadas pela mesma a partir das demonstrações do mês de junho de 2022.

2. Cronograma de recebimento de documentos.

➢ Dia 28 de julho de 2022 às 16:16 horas, recebemos via correio eletrônico (e-mail) as demonstrações contábeis do mês de junho de 2022

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
Perícia e Consultoria Contábil

3. Resumo dos principais temas abordados neste relatório.

- ✓ Da retroatividade do Deferimento do Tare e do Leilão do Fomentar;
- ✓ Demonstrações contábeis (financeiras) e movimentações no mês de junho de 2022;
- ✓ Destaques financeiros do mês de junho de 2022;
- ✓ Índices de liquidez do mês de junho de 2022;
- ✓ Do acompanhamento da execução do Plano de Recuperação Judicial;

3.1 Fomentar

Não houve manifestação do fomentador em relação a retroagir o benefício. Em resposta ao 12º Termo de Diligência, a recuperanda respondeu "Não, a empresa está praticando livremente o benefício, porém não tivemos novidades sobre a retroatividade."

3.2 Demonstrações contábeis junho de 2022

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
Perícia e Consultoria Contábil

Imperial
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
CNPJ 00.552.446/0001-81
R.ODO UNO, S/N, KM 18/35, 02 - JARDIM LINDO - TRINIDADE/GO
CNPJ - 75.840.000

BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado

CONTAS	JUNHO DE 2022
ATIVO	78.808.542
CIRCULANTE	87.861.874
Contas a receber de longo prazo	1.514.143
Contas a receber de prazo	26.028.507
Depósitos	11.712.023
Depósitos a receber	2.817.027
Outros créditos	3.290.154
NÃO CIRCULANTE	14.773.586
IMÓVEL, A LONGO PRAZO	21.608.046
Imóvel com promessa jurídica	989.012
Imóvel irregular alienado	11.558.512
Outros imóveis	8.020.522
PERMANENTE	24.748.345
Investimentos	8.020.522
Intangível	16.727.823
PASSIVO	78.808.542
EXIGÍVEL	50.028.419
Obrigações bancárias e financeiras	400.000
Obrigações tributárias	17.395.769
Obrigações trabalhistas	11.000.000
Obrigações com fornecedores e empregados	1.933.150
Obrigações com terceiros	4.130.100
Outras contas a pagar	1.169.500
NÃO EXIGÍVEL	28.780.123
EXATIL A LONGO PRAZO	842.887.435
Participações a longo prazo	1.546.517
Participações a longo prazo	1.546.517
Depósitos para investidores estrangeiros	21.189.284
Obrigações trabalhistas	122.247.017
Outros créditos	4.564.807
Participações com operações	200.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.442.818
Capital social	20.000.000
Reserva para recuperação judicial	10.518
Reserva de avaliação contábil	4.259.911
Reserva para distribuição	116.166.542
Reserva para distribuição	646.257

Imperial Cont. de Bebidas Imperial S.A.
Fernando Moraes Proheno
CPF - 118.629.471-04

Mega Contabilidade Ltda. - ME
CRC/GO - 001139
Sébastien Pereira de Moraes Junior
CRC/GO - 11.002

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

Varição de (-) 60,55% (sessenta vírgula cinquenta e cinco por cento) cerca de R\$ 3.5 milhões. Diante do fato ser significante, estamos diligenciando junto a Recuperanda sobre o fato.

3.4.1.6 Outros Créditos - (Ativo Circulante)

Varição (+) de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), cerca de R\$ 107.5 mil.

3.4.1.7 Não Circulante - (Ativo não circulante)

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

São registrados todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. Constatamos que houve uma variação (+) de 1,18% (um vírgula dezoito por cento), cerca de R\$ 417.4 mil.

3.4.1.8 Realizável a longo prazo - (ativo não circulante)

É o conjunto de bens e direitos que podem ser realizados apenas no próximo exercício contábil. Ou seja, são os ativos com prazo de realização acima de 360 dias (um ano). Constatamos acréscimo de 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento), cerca de R\$ 461.7 mil.

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

3.4.1.9 Créditos com pessoas jurídicas - (Ativo - Não Circulante - Realizável a Longo Prazo)

Varição de (+) 58% (cinquenta e oito por cento), cerca de R\$ 365.9 mil. Diante do fato ser significante, estamos diligenciando junto a Recuperanda sobre o fato.

3.4.1.10 Crédito tributário diferido - (Ativo - Não Circulante - Realizável a Longo Prazo)

Mantém o saldo dos meses passados. Sem alteração do saldo.

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

3.4.1.11 Outros créditos - (Ativo - Não Circulante - Realizável a Longo Prazo)

Varição (+) 2,40% (dois vírgula quarenta por cento), cerca de R\$ 95.7 mil.

3.4.1.12 Imobilizado - (Ativo - Permanente)

Varição de (-) 0,30% (zero vírgula trinta por cento), cerca de R\$ 44.3 mil.

3.4.1.13 Passivo circulante

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Passivo Circulante
 JAN/22 A JUN/22

Constatamos redução de 0,23% (zero vírgula vinte e três por cento), cerca de R\$ 113 mil.

3.4.1.14 Obrigações sociais e trabalhista - (Passivo - Circulante)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Obrigações sociais e trabalhista
 JAN/22 A JUN/22

Variação de (+) 21,71% (vinte e um vírgula setenta e um por cento), cerca de R\$ 337 mil em relação ao mês anterior. Diante do fato ser significativo, estamos diligenciando junto a Recuperanda e no próximo relatório mensuraremos o ocorrido.

3.4.1.15 Fornecedores - (Passivo - Circulante)

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Passivo Circulante - Fornecedores
 JAN/22 A JUN/22

Varição de (+) 6,53% (seis vírgula cinquenta e três por cento), cerca de R\$ 1 milhão.

3.4.1.16 Obrigações Tributárias - (Passivo - Circulante)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Obrigações Tributárias
 JAN/22 A JUN/22

Varição de (-) 0,20% (zero vírgula vinte por cento), cerca de R\$ 36 mil.

3.4.1.17 Financiamentos e empréstimos - (Passivo - Circulante)

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Financiamentos e empréstimos
 JAN/22 A JUN/22

Varição de (-) 7,06% (sete vírgula zero seis por cento), de cerca R\$ 558,4 mil.

3.4.1.18 Provisões Constituídas - (Passivo - Circulante)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Provisões Constituídas
 JAN/22 A JUN/22

Varição de (+) 5,42% (cinco vírgula quarenta e dois por cento) cerca de R\$ 212,4 mil, em relação ao mês ao mês anterior.

3.4.1.19. Outras contas a pagar - (Passivo - Circulante)

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Outras Contas a Pagar
 JAN/22 A JUN/22

Varição de (-) 40,62% (quarenta vírgula sessenta e dois por cento) cerca de R\$ 1.1 milhões. Diante do fato ser significativo, estamos diligenciando junto a Recuperanda e no próximo relatório mensuraremos o ocorrido.

3.4.1.20. Não circulante

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Não Circulante
 JAN/22 A JUN/22

Varição negativa de 1,95% (um vírgula noventa e cinco por cento), cerca de R\$ 3,2 milhões.

3.4.1.21. Fornecedores a Longo Prazo - (Não Circulante - Exigível a Longo Prazo)

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Vol
Perícia e Consultoria Contábil

Mês	Saldo (R\$)
Jan/20	8.000.000,00
Jan/21	8.000.000,00
Jan/22	8.000.000,00
Jan/23	8.000.000,00

O saldo se mantém inalterado desde janeiro de 2020.

3.4.1.22. Empréstimos a Longo Prazo

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	0,00
Jan/21	0,00
Jan/22	0,00
Jan/23	0,00

Sem movimentação em relação com o mês anterior.

3.4.1.23 Depósito para incentivos fiscais - (Não Circulante - Exigível a Longo Prazo)

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Vol
Perícia e Consultoria Contábil

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	22.000.000,00
Jan/21	23.000.000,00
Jan/22	24.000.000,00
Jan/23	25.530.000,00

Variação de (+) 2,53% (dois vírgula cinquenta e três por cento) cerca de R\$ 571.2 mil.

3.4.1.24. - Obrigações Tributárias - (Não Circulante - Exigível a Longo Prazo)

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	340.000.000,00
Jan/21	330.000.000,00
Jan/22	328.000.000,00
Jan/23	325.000.000,00

Redução de 3,05% (três vírgula zero cinco por cento), cerca de R\$ 3.8 milhões.

3.4.1.24. Débitos com pessoas Jurídicas

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Vol
Perícia e Consultoria Contábil

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	0,00
Jan/21	0,00
Jan/22	0,00
Jan/23	0,00

Movimento no mês de R\$ 4 mil.

3.4.1.25 Provisões contingenciais - (Não Circulante - Exigível a Longo Prazo)

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	200.000.000,00
Jan/21	200.000.000,00
Jan/22	200.000.000,00
Jan/23	200.000.000,00

Manteve a ordem de valor, sem variação.

3.4.1.25. Patrimônio Líquido

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Vol
Perícia e Consultoria Contábil

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	150.000.000,00
Jan/21	150.000.000,00
Jan/22	150.000.000,00
Jan/23	150.000.000,00

Em linhas gerais, o significado de patrimônio líquido corresponde à riqueza de uma organização, o que ela possui descontadas as contas que precisa pagar. Ele representa a fonte interna de recursos da empresa e o quanto seus proprietários têm investido na companhia. Quando uma empresa apresenta um patrimônio líquido negativo, estamos falando de um cenário onde os prejuízos acumulados superaram os recursos aportados pelos sócios da empresa e os lucros acumulados. Em outras palavras, significa que está operando com recursos de terceiros, geralmente empréstimos. Tivemos neste mês uma variação (+) 0,68% (zero vírgula sessenta e oito por cento), cerca de R\$ 945 mil.

3.4.1.26. Capital Social -

Mês	Valor (R\$)
Jan/20	22.000.000,00
Jan/21	22.000.000,00
Jan/22	22.000.000,00
Jan/23	22.000.000,00

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961



O capital social, é o valor a integralizar ou integralizado, correspondente à contrapartida do titular, sócios para o início ou a manutenção dos negócios, que na série histórica não sofreu alteração.

3.4.1.27. Reservas para Incentivos Fiscais - (Patrimônio Líquido)



Saldo inalterado, sem variação.

3.4.1.28. Reservas de Reavaliação/Capital - (Patrimônio Líquido)



Se mantém nos valores. A reavaliação é a adoção do valor de mercado para os bens reavaliados, em substituição ao princípio do registro pelo valor original.

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

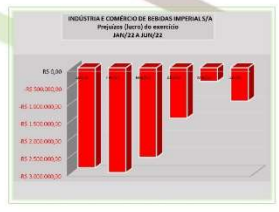


3.4.1.29. Prejuízos (lucro) acumulados - (Patrimônio Líquido)



Variação (+) 0,23% (zero vírgula vinte e três por cento), cerca R\$ 382 mil.

3.4.1.30. Prejuízos (lucro) do exercício - (Patrimônio Líquido)



Variação (+) de 147% (cento e quarenta e sete por cento), cerca de R\$ 563 mil. Variação expressiva, entretanto, não diligenciaremos este item, pois essa conta é reflexo das anteriores que já estão sendo diligenciadas.

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961



3.5 DRE - Demonstração do Resultado do Exercício.

DRE referente ao período de janeiro de 2022 a junho de 2022. Esta demonstração oferece uma síntese econômica completa das atividades operacionais e não operacionais da empresa, demonstrando claramente se há lucro ou prejuízo.

EMPRESA: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A					
DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
CONTA	2022	2021	2020	2019	2018
Vendas de Produtos	13.968.484,00	13.854.548,00	14.205.390,00	14.444.782,00	18.161.144,00
Serviços Prestados	4.204.777,00	2.872.880,00	2.483.124,00	2.1.044,00	3.243,00
RECEITA BRUTA	18.173.261,00	16.727.428,00	16.688.514,00	16.588.826,00	18.164.387,00
(-) Custos e Abatimentos	(5.185.748,00)	(5.178.889,00)	(5.154.529,00)	(5.113.100,00)	(5.174.000,00)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.987.513,00	11.548.539,00	11.533.985,00	11.475.726,00	12.990.387,00
(-) Impostos sobre as vendas/serviços	(2.224.820,00)	(2.192.820,00)	(2.244.410,00)	(2.281.200,00)	(2.222.200,00)
RECEITA LÍQUIDA	10.762.693,00	9.355.719,00	9.289.575,00	9.194.526,00	10.768.187,00
(-) Custo das vendas e serviços vendidos	(2.833.744,00)	(2.871.475,00)	(3.164.490,00)	(3.161.640,00)	(3.187.124,00)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	7.928.949,00	6.484.244,00	6.125.085,00	6.032.886,00	7.581.063,00
DESESASES OPERACIONAIS	(4.888.864,00)	(4.188.843,00)	(4.884.552,00)	(4.896.787,00)	(4.466.529,00)
Administrativos e Gerais	895.512,00	941.853,00	1.052.848,00	1.053.750,00	1.023.200,00
Despesas Financeiras e Negativas	(7.751.880,00)	(7.872.660,00)	(7.988.842,00)	(7.912.830,00)	(7.548.880,00)
Realizados Financeiros Líquidos	844.478,00	203.470,00	841.442,00	(1.030.864,00)	811.260,00
Operacionais Financeiros	592.843,00	(21.758,00)	(250.860,00)	(676.520,00)	(209.310,00)
Operacionais Não-Financeiros	(5.782.305,00)	(6.442,00)	(6.886,00)	(6.342,00)	(63.777,00)
Outras Operações Recorridas Constatadas	674.622,00	613.222,00	229.970,00	1.493.364,00	464.744,00
RECORRIDOS SOBRE RECEITAS	(5.107.680,00)	(5.848.368,00)	(6.914.644,00)	(6.946.244,00)	(688.363,00)
(-) Provisões e G/L					
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17.841.498,00	15.044.180,00	15.344.493,00	15.485.949,00	198.784,00

A seguir serão tratadas as principais variações ocorridas no período, com apresentação de gráficos e notas explicativas das análises de cada conta mensurada na DRE:

3.5.1 Receita Bruta Operacional

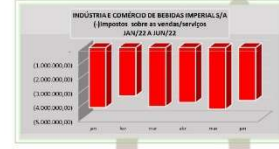


Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961



Variação de (-) 13,22% (treze vírgula vinte e dois por cento), cerca de R\$ 2.5 milhões.

3.5.2 - (-) Impostos sobre as vendas/serviços



Variação negativa de 14,18% (quatorze vírgula dezoito por cento), cerca R\$ 614,2 mil.

3.5.3 - Receita Líquida



Redução de 12,95% (doze vírgula vinte e cinco por cento), cerca de R\$ 1.9 milhões.

3.5.4 Custo Mercadorias Vendidas - CMV

Wol Perícia e Consultoria Contábil
wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961



INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 DRE
 JAN/22 A JUN/22

Variación de (-) 15,22% (quinze vírgula vinte e dois por cento), cerca de R\$ 1,8 milhões. Diante do fato ser significante, estamos diligenciando junto a Recuperanda e no próximo relatório mensuraremos o ocorrido.

3.5.5 Despesas Operacionais

Variación de (+) 13,03% (treze vírgula zero três por cento), cerca de R\$ 443 mil. Diante do fato ser significante, estamos diligenciando junto a Recuperanda e no próximo relatório mensuraremos o ocorrido.

3.5.6 Resultado antes dos tributos

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Resultado antes dos tributos
 JAN/22 A JUN/22

Acréscimo 147% (cento e quarenta e sete por cento), cerca de R\$ 563 mil. Esta conta é resultado das anteriores, assim não diligenciaremos.

3.5.7 (-) Prov. IRPJ e CSLL

Sem provisões.

3.5.8 Resultado do Exercício - Prejuízo líquido do exercício

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Resultado antes dos tributos
 JAN/22 A JUN/22

Acréscimo no índice negativo 147% (cento e quarenta e sete por cento), cerca de R\$ 563 mil.

4 - Análise vertical da DRE

ANÁLISE VERTICAL DA DRE												
DRE	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22
Venda de Produtos	14.848.848	14.848.848	14.848.848	14.848.848	14.848.848	14.848.848	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Devolução e Abatimentos	(1.538.258)	(1.538.258)	(1.538.258)	(1.538.258)	(1.538.258)	(1.538.258)	(10,36%)	(10,36%)	(10,36%)	(10,36%)	(10,36%)	(10,36%)
Impostos	(2.292.512)	(2.292.512)	(2.292.512)	(2.292.512)	(2.292.512)	(2.292.512)	(15,47%)	(15,47%)	(15,47%)	(15,47%)	(15,47%)	(15,47%)
Despesas Operacionais	(10.020.320)	(10.020.320)	(10.020.320)	(10.020.320)	(10.020.320)	(10.020.320)	(67,77%)	(67,77%)	(67,77%)	(67,77%)	(67,77%)	(67,77%)
Despesas Financeiras	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas Tributárias	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)	(6,74%)
Despesas com Provisões	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(

Wol Perícia e Consultoria Contábil									
2.1 - Classe III - Quirográfico - Parceiros Estratégicos - data base 01 06 2022 a 30 06 2022:									
LIMITE PARC. 0,00%									
LIMITE PARC. 0,00%									
LIMITE PARC. 0,00%									
Valor no R/L	Subs. F.F. a	Valor Principal	Amoic. E-matrc	TD Amort. e-matrc	TOTAL DA PARC.	PARCELAS	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
54.776,20	8.229,00	46.547,20	702,56	47.249,76	48	BALDO DEVEDOR 81.247,76	24.941,25	27.248,51	
						LIMITE PARC. 0,00%	0,00%	0,00%	
						PARC-HUROS 110,43	33,93	37,17	
						JUROS 27,29	8,39	9,20	

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol Perícia e Consultoria Contábil									
3º Planilha Classe IV - EPP/ME - data base 01 06 2022 a 30 06 2022:									
Relatório de Dívidas (R/L - PARC) - DATA: 30/06/2022									
Consolidação do saldo - data base 01 06 2022 a 30 06 2022:									
CLASSE	ADANTAMENTO REALIZADO	TOTAL PAGO	SALDO EM						
SALDO DEVEDOR PARC-HUROS QUIROGRAFARIO	-	94.327	3.166.917						
SALDO DEVEDOR PARC-HUROS PARCERO	14.330	3.493.038							
SALDO DEVEDOR PARC-HUROS ESPECIALIZADO	5.877	62.238							
SALDO DEVEDOR PARC-HUROS OUTROS	76.140	2.735.181							
SALDO DEVEDOR PARC-HUROS ME EPP	14.743	507.598							
SALDO DEVEDOR PARC-HUROS TRASSA HISTA	-	18.475							
TOTAL	109.990	3.692.991							
Valor no R/L	Subs. F.F. a	Valor Principal	Amoic. E-matrc	TD Amort. e-matrc	TOTAL DA PARC.	PARCELAS	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
1.917.041,26	298.824,20	1.618.217,06	16.132,69	1.599.084,37	48	BALDO DEVEDOR 1.917.041,26	578.171,36	639.840,34	
						LIMITE PARC. 0,00%	0,00%	0,00%	
						PARC-HUROS 1.917,04	578,17	639,84	
						JUROS 1.599,08	483,79	531,71	

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

De acordo com os demonstrativos apresentados pela Recuperanda, temos a situação consolidada referente ao saldo credor homologado, devidamente deduzido os pagamentos já realizados com as atualizações até maio de 2022, conforme demonstrado é de R\$ 3.692.991,00 (três milhões, seiscentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e um reais).

7 Da atualização do quadro de credores
 Diante das habilitações retardatárias determinada pela justiça realizamos a atualização do quadro de credores.



Valor: R\$ 1,00
 PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária -> Outros procedimentos
 TRINDADE - 2ª VARA CIVIL E AMBIENTAL
 Usuário: IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE - Data: 12/11/2023 12:35:31



2ª LISTA DE CREDORES - REVISADA 03 08 2022 - COM HABILITAÇÕES		
CLASSE I - TRABALHISTA		
CREADOR (A)	VALOR - R\$	HABILITAÇÃO
ALCION MBLTON CORRÊA	R\$ 115.943,64	
ANDERSON CANTO MARTOS DE BRITO	R\$ 30,72	
ADALCENI KOP FERREIRA	R\$ 29,09	
ADDEMSON DA SILVA SOUSA	R\$ 26,20	
ADRIEL ALMEIDA COSTA	R\$ 30,49	
ALCIBIA LUIZ DE ABRAUJO COSTA	R\$ 9,09	
ADRIANALDO GOMES ALVES DE OLIVEIRA	R\$ 34,28	
ADRIANO DE ALMEIDA VIEIRA	R\$ 97,79	
AIDES PEREIRA DA COSTA	R\$ 48,50	
ALIEUR CARNEIRO DA SILVA	R\$ 76,73	
ALILTON LEOPOLDO VIEIRA	R\$ 3,14	
ALDO NEDE SOARES LIMA	R\$ 2,55	
ALONSONE PEREIRA DA CRUZ	R\$ 4,63	
AMANDA CRISTINA GOMES DE SOUSA NEVES	R\$ 4,85	
AMIR TOM CASTRO MONTANHA	R\$ 3,62	
ANTONIO PEDRUA CAMPOS	R\$ 5,50	
ANTONIO ALVES FILHO	R\$ 27,32	
ANTONIO PIERRE DOS SANTOS	R\$ 48,62	
ANTONIO ROBERTO RIBEIRO	R\$ 52,11	
ARIVALDO GOMES SOARES	R\$ 3,17	
BIRLIND BERNARDES DE MOCQUETA	R\$ 37,63	
BRUNO GARDANI FEGAS	R\$ 23,42	
CARLOS EDUARDO GOMES SILVA	R\$ 3,63	
CARLOS JUNIOR DA SILVA	R\$ 0,13	
CARLOS MAGNO NOLDO DA SILVA	R\$ 102,78	
CARLOS NEVES SOARES	R\$ 88,43	
CÉSAR ALBERTO COSTA	R\$ 81,49	
CHRISTIAN FERREIRA DE SANTOS	R\$ 16,62	
CLEBER FRANCISCO DE SOUSA	R\$ 2,33	
CLAYTON FERREIRA DE SOUSA	R\$ 22,40	
CLAYTON LEAO BRANDAO	R\$ 4,30	
CLETON FERREIRA DOS SANTOS	R\$ 4,20	
COLEMAR SOUZA SANTOS	R\$ 308.158,00	
CRISTIANO VAZ DA SILVA	R\$ 1,17	
DANIEL HENRIQUE S	R\$ 3,84	
DANILLO TELES	R\$ 9,64	
DANIEL FERREIRA DE SOUSA	R\$ 17.809,81	
DAVID MOURA DE CASTRO	R\$ 22,88	
DEIVY FERREIRA LIMA	R\$ 4,01	
DENILTON JACINTO DO NASCIMENTO	R\$ 78,03	
DENILTON JACINTO DO NASCIMENTO	R\$ 15,04	
DIRLEIANE CRISTIANE PEREIRA SANTES LIXEIRA	R\$ 8,01	
DIVANAM BRUNO DA COSTA	R\$ 23,62	
DOMINGOS DA SILVA OLIVEIRA	R\$ 3,73	
DOUGLAS DOS SANTOS ADEVYDO	R\$ 1,67	
EDMAR DE JESUS	R\$ 3,07	
EDSON REZENDES DE SOUSA	R\$ 6,32	
EDSON REZENDES DE SOUSA	R\$ 4,44	
EDVALDO PASSOS SEVERINO	R\$ 5,61	
ELIENAI MARIA CARVALHO	R\$ 0,72	
ELTON MOREIRA DE OLIVEIRA	R\$ 19,49	
ERIK DA COSTA LIMA	R\$ 3,36	
ERU FALGA DA SILVA	R\$ 22,80	
FABIANO ALVES GUIMARÃES	R\$ 34.880,64	
FABIO ALVES DE SOUSA	R\$ 47,45	
FABRÍCIO RUDEKI SILVA	R\$ 7,88	
FRANCISCO LUCAS PINTO	R\$ 14,31	
GILSON GARCIA MORAIS FILHO	R\$ 11,48	
GILSON LINS RIBEIRO DA OLIVEIRA	R\$ 2,73	
HENRI ALVES BALDINO	R\$ 113,56	
HUMBERTO DOS SANTOS	R\$ 9,33	

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

CREADOR (A)	VALOR - R\$	HABILITAÇÃO
ILTON MENDES MORAIS	R\$ 100,70	
ISRAEL DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 0,60	
ISRAEL SANTANA SOUSA	R\$ 26,48	
ITIEL LIMA DA CRUZ COSTA	R\$ 5,05	
JAILLES MARCELO MARRIQUES	R\$ 303,24	
JEFERSON DANIEL DE ASSIS	R\$ 30,33	
JOSACIR MENDES DA SILVA	R\$ 5,74	
JOÃO CARLOS BARROSA HOLANDA	R\$ 42,49	
JOÃO PAULO NORRIS	R\$ 13,81	
JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA	R\$ 36,97	
JOSÉ DO NASCIMENTO LIMA	R\$ 0,35	
JONATAS BERNARDES DE SOUSA	R\$ 27,27	
JOSÉ CARLOS ALVES DA ROCHA	R\$ 4,28	
JOSÉ CARLOS GOMES ALVES FERREIRA	R\$ 3,14	
JOSÉ MARIA MACHADO FERREIRA	R\$ 4,86	
JOSE ROBERTO DA SILVA	R\$ 43,76	
KAUIA MARTINS AZEVEDO	R\$ 5,17	
KARLA CRISTINA DOS SANTOS COSTA	R\$ 3,69	
LAIS MARTINS DE LIMA	R\$ 3,98	
LEONARDO SABINO DE OLIVEIRA DOURADO	R\$ 16,70	
LUCCIO MODESTO DA SILVA	R\$ 35,12	
LUICIANO DONIZETI FONSECA	R\$ 26,11	
LURIMIA DE MOURA	R\$ 1,86	
LUIZ ANTONIO CARVALHO CANEDO	R\$ 65,14	
MANNEL LUZ DA MOITA	R\$ 18,66	
MARCO ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	R\$ 42,75	
MAURI FERRAZ SOUSA DE CASTRO	R\$ 33,31	
MAURICIO CUSTODIO DE MORAIS	R\$ 26,94	
MAURICIO DE ABREU SILVA	R\$ 35,03	
MESSIAS MOYBA NUNES DA SILVA	R\$ 16,07	
MICHAEL SOUZA DE OLIVEIRA	R\$ 225,86	
NILTON DE PASSOS SEVERINO	R\$ 3,98	
PATRICIA DE MOURA GOMES	R\$ 1,37	
PAULO RICARDO SUBIANO DE AZEVEDO	R\$ 4,61	
RAFAEL MARCONI LORENTECE E GUSTAVO BARBAROTO PARR	R\$ 60.022,40	
RAFAEL PATRICK RODRIGUES SILVA	R\$ 3,97	
RICARDO BORGES VALADAO	R\$ 271,78	
RODNEY LINDO DOS SANTOS SILVA	R\$ 0,56	
ROMILDO LUIZ DA SILVA	R\$ 25,90	
ROSANGELA DE SOUSA SOARES	R\$ 19,75	
RODRIGUA LULA DUTRA	R\$ 6,42	
RUBENS TEODORO DE MORAIS	R\$ 3,88	
RUI DA SILVA SANTOS	R\$ 41,38	
SAMUEL PEREIRA OLIVEIRA	R\$ 25,38	
SANDRO HELENA DOS SANTOS	R\$ 0,31	
SANTO LUCAS MEGUIDES DE SOUSA	R\$ 2,32	
SANTUCCI FERREIRA BARBOSA	R\$ 9,55	
TASTANE CARLOS DOS SANTOS	R\$ 8,29	
THIAGO ALVES DE MATOS	R\$ 15,46	
THIAGO GOMES DA SILVA FERREIRA	R\$ 12,03	
THIAGO LUIZ DO NASCIMENTO	R\$ 1,81	
ULTRINE ANTONIO DE OLIVEIRA	R\$ 162,69	
VALDIR SOUZA LEITE	R\$ 40,17	
VALDEIR FRANCISCO DE SOUSA	R\$ 5,05	
VALDIR V FERREIRA DE MELO	R\$ 22,15	
VALTEIR FERREIRA DA SILVA	R\$ 24,98	
WALLETTON FERREIRA CASIRO	R\$ 33,67	
WESLEY MORAIS DE ABRAUJO	R\$ 14,38	
WILSON MARTINS FAGundes	R\$ 22,68	
WILSON DA SILVA RIBEIRO JUNIOR	R\$ 82.800,00	

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO		
CREADOR (A)	VALOR - R\$	HABILITAÇÃO
ACCERT TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	R\$ 500,00	
AD PNEU FORTE LTDA	R\$ 3.256,00	
ADRILEIDE BIANCHI LTDA	R\$ 5.125,46	
AELI MARTELLI E FILIOS LTDA	R\$ 133,62	
ALDES TRANSPORTES LTDA	R\$ 20.000,00	
ALPHA COLOR ETIQUETAS E ROTULOS LTDA	R\$ 8.822,30	
ALVES E RODRIGUES TRANSPORTES LTDA	R\$ 39.580,00	
AMBISTAR DIVISORIAS E SISTEMAS DE FERRAGEM LTDA	R\$ 3.391,80	
AMONIA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	R\$ 2.550,00	
ANTONIO PAAR RIBANI IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COM. INST. ANAI	R\$ 4.762,79	
ANTONETEIA GESTÃO E INGENHARIA DE TEXTIL S/A	R\$ 272,48	
AUTO ACESSÓRIOS BIRRA LTDA	R\$ 3.606,25	
AUTO POSTO SANTA LUIZA LTDA	R\$ 19.676,79	
BAU VITORIA INDE COMERC CARROCEIRAS	R\$ 1.550,00	
BIBIANA MULTIMARCAS ACESSÓRIOS PARA CAMINHÕES LTDA	R\$ 60,00	
BIEST COMERCIALIZADORA INTELLIGENT FIBRE LTDA	R\$ 950,00	
CELLER DE IRATI S/A	R\$ 8.695,15	
CIP COMERCIO DE TAPICARIA LTDA	R\$ 300,00	
CEBRISO LOGICS LTDA	R\$ 1.813,77	
CLOSURE SYSTEMS INTERNATIONAL	R\$ 54.952,04	
COMERCIAL AGLACIANI E ALCOLO ARAGUAIA LTDA	R\$ 115.204,24	
COMPANHIA PECAS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 2.269,43	
CONSTRUTORA SERVIÇOS DE ENSTRUMNTAÇÃO LTDA	R\$ 2.310,00	
COPIALAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A	R\$ 2.745,20	
COZA COMERCIAL QUÍMICA AMERICANA LTDA	R\$ 952,10	
CUARD S/A	R\$ 174.437,70	
DANIEL RODRIGUES CARNEIRO	R\$ 36.000,00	
DAKAMP COM.SERVIÇOS LTDA	R\$ 100,00	
DAVYFRY BRASIL IND. QUÍMICA LTDA	R\$ 27.020,86	
DEHLER AMERICANA LTDA	R\$ 14.564,26	
DEVORTEC PECAS PARA MAQUINAS LTDA	R\$ 17.800,00	
DIETRO TRANS. INDUSTRIA E COMERCIO MAT. ELÉTRICOS LTDA	R\$ 12.862,18	
DMAR MORAIS TOQUENTINS LTDA	R\$ 1.500,00	
EP DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES, PECAS E FILTROS LTDA	R\$ 6.889,51	
ESTRELA DE GAUCIA IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BEDIJAS	R\$ 11.936,38	
FAPRO S/A FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA	R\$ 1.727,70	
FERRAGENS COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	R\$ 592,46	
FLOVOUR MULTIMARCAS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R\$ 83.676,86	
FONONET COMERC. BRAS. IND. E COM. DE MAQU. LTDA	R\$ 24.988,30	
GEORGI COMERCIO ELETRI	R\$ 11.952,00	
GEOSIMBA INDUSTRIA PLASTICA LTDA	R\$ 62.517,06	
GOBARTEC COMPRESSES LTDA	R\$ 1.548,00	
GOUD PACE INF. COM. FARM. LTDA	R\$ 39.075,29	
GRASSE SUCCOS LTDA	R\$ 292.184,40	
GRASSE AROMAS E INGREDIENTES LTDA	R\$ 38.614,36	
HDA - INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA	R\$ 1.879,94	
HERONMARCAS COMERCIAL TECNICA LTDA	R\$ 1.805,88	
IGOR DE ASSIS RODRIGUES DE ABRAUJO OSORIOS/7	R\$ 5.950,00	
INDUSTRIAL DO BR. TAT. S/A/2	R\$ 786.519,67	
INDUSTRIA BRAS. QUÍMICA MONTANA S/A	R\$ 4.480,94	
INSERSOLL BRAND IND. COM. E SERV. DE AR COND. E REFRIG. LTDA	R\$ 22.048,00	
ITV SETE UNIFORMES LTDA	R\$ 3.958,50	
J. N. BIODIVULGAÇÕES E CRIACIÓIS LTDA	R\$ 77,00	
JG REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 2.595,67	
JUN PAUL EST. EMPREENDIMENTOS DE MADEIRA LTDA	R\$ 7.500,00	
JUN SILVAVCS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA	R\$ 179.818,28	
JUVA INDUSTRIA DE FERRAGENS DE ALLIENIZO TIXI BRASIL LTDA	R\$ 172.446,11	
LAC DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS GIBELI	R\$ 1.477,24	
LOGOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	R\$ 24.428,88	
LOGMAK INDUSTRIA BRASILEIRA DE LUMAS LTDA	R\$ 42.548,20	
LUCKY BEMTO PROD. E FORTALEZA	R\$ 23.309,60	
MAUS SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO HIRELI	R\$ 100.151,76	

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

CREADOR (A)	VALOR - R\$	HABILITAÇÃO
MARIA JOSE DE LOURDES ALVES	R\$ 945,00	
MASTER BORRACHAS LTDA	R\$ 137,50	
MAIPIRMS SOLUTIONS FABRICAÇÃO DE REFRIG. COND. LTDA	R\$ 10.877,50	
META LIMP.VI E CONSERVAÇÃO LTDA	R\$ 11.722,94	
METALURGICA SANTA LUIZA LTDA	R\$ 3.500,00	
MOTOFREI PECAS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 2.980,00	
NATURASUS IND. E COM. LTDA	R\$ 630.128,00	
NATURASUS STORES S/A	R\$ 146,45	
NICALIA DE AMAZONIA LTDA	R\$ 203.744,45	
NUNES COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	R\$ 3.321,80	
OLIVEIR TRANSPORTES DE CARGAS LTDA	R\$ 1.600,00	
PAMPA BRASIL IND. E COM. MAT. PRIMAS P/ A IND. ALL. LTDA	R\$ 32.772,30	
PARABELIP TECNOLOGIA DE INOV. INOVAÇÃO LTDA	R\$ 2.772,18	
PAPELARIA TRIBUTARIA LTDA	R\$ 2.730,86	
PATILLON HOTEL LTDA	R\$ 2.324,28	
PEFRO SOMARS DE OLIVEIRA	R\$ 176.207,55	
PETI COMERCIO DE FERRAGENS LTDA	R\$ 1.822,00	
PILURY QUÍMICA LTDA	R\$ 20.356,20	
POSTO RODAO LTDA	R\$ 1.945,81	
PROARQUIVO GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS LTDA	R\$ 1.919,95	
QUALITY TERMOFUSION LTDA	R\$ 1.375,97	
RIF TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	R\$ 235,00	
RODOVÁRIO SASTRE LTDA	R\$ 722.687,77	
SAPORTI DO BRASIL LTDA	R\$ 8.547,66	
SERVIDOS TRANSPORTES ARRANJAMENTO E LOGÍSTICA LTDA	R\$ 3.551,00	
SINIMA RODRIGUES ABRAUJO E CIA LTDA	R\$ 2.388,00	
SINIMA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	R\$ 2.003,31	
SINRO FET COMER. E SERVIÇOS LTDA	R\$ 1.753,80	
SUPORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	R\$ 6.760,00	
SWEETMEX INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R\$ 34.586,63	
IVARREIS FERRARIA ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA	R\$ 613,71	
TICMAD BRASIL LTDA	R\$ 3.180,00	
TECNOVIA DO BRASIL IND. COM. E	R\$ 100.233,23	
TELEFONICA BRASIL S/A	R\$ 29.289,00	
TELEVISAO ANHANGUERA S/A	R\$ 118.535,40	
THE VISAO REFRIGERA LTDA	R\$ 15.512,00	
THIETA PAK COMERCIALIZADORA DE FERRAGENS LTDA	R\$ 1.197.647,78	
TETRA PAK LTDA	R\$ 858.606,00	
TICKET SOLUCIÕES HDEGET S/A	R\$ 4.613,38	
TRANSPORTADORA ZERO GRAU LTDA	R\$ 698,79	
TRANSPORTES COLETIVOS TURRIBU LTDA	R\$ 148,11	
TREVAI ADMINISTRADORA LTDA	R\$ 34.997,89	
TSP. FORTE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS E	R\$ 1.251,30	
TV TOKANTINS LTDA	R\$ 16.552,80	
UNIVAR BRASIL LTDA	R\$ 5.180,44	
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS	R\$ 67.897,86	
WILLIAMAMAZONIAVORES COM. E CORRANTES BRIL. LTDA	R\$ 143.010,96	
WILLIAN CARDOSO MACHADO PROTEÇÃO	R\$ 1.200,00	
WORLD SEC SERVIÇOS PARA SEGURANÇA LTDA	R\$ 913,00	
WOW PREST SERVICE LTDA	R\$ 8.937,00	
ZERO GRAU LOGÍSTICA LTDA	R\$ 2.084,41	
ZILLI COMERCIO DE PNEUS LTDA	R\$ 7.880,00	

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961



Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

CLASSE IV - ME E EPP

CREADOR (A)	VALOR-R\$
ANSWER CONSULTORIA LTDA - ME	R\$ 1.796,04
AVILA INDUSTRIAL E COMERCIO EIRELI - ME	R\$ 1.476,94
BETEL EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL EIRELI - ME	R\$ 3.433,00
BRASIL E FLEXO FLEXO-LAS ALUMINIAS LTDA - EPP	R\$ 1.740,00
BIBAC PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA ME	R\$ 3.650,00
CENIRO DESTE CALIBRACOES E MANUTENCOES INDUSTRIAIS LTDA ME	R\$ 3.872,69
ECONET EDITORA EMPRESARIAL LTDA ME	R\$ 754,88
FRUTAS SONSAL COMERCIO E ATACADO EIRELI ME	R\$ 413.203,35
SOCIEN PEARL - IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMENT LTDA - EPP	R\$ 82.232,84
INDUSTRIA DE SUCOS 4 LEGUA LTDA EPP	R\$ 232.524,18
MAS INFORMÁTICA LTDA - EPP	R\$ 400,00
MARAFY FINANCIAL DA SILVA SERICONS - ME	R\$ 1.100,00
NEOCLERAN COMERCIO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA EPP	R\$ 32.868,80
P.R DA SILVA ME TALLURGA ME	R\$ 2.517,50
PANIFICADORA LAGO DAS ROSAS EIRELI ME	R\$ 3.245,82
PRONIA LUS ADMIN IN AL LTDA - ME	R\$ 1026750,00
REAL PRODUTOS DE EMPREGA LTDA ME	R\$ 3.847,00
SIMON COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - ME	R\$ 3.330,00
TC RADIADORES E COMERCIO DE PEÇAS - EIRELI ME	R\$ 1.000,00
TECMAR BRASIL EIRELI - ME	R\$ 500,00
TRANSPORTADORA GUIDO LTDA ME	R\$ 5.000,00
WILMAR CANDIDO FERREIRA EIRELI - ME	R\$ 4.050,27

8 Do 21º Termo de diligência

Wol
Perícia e Consultoria Contábil

Ass. BERNARDES BRUNO
 OBRIGADO POR TERMO DE DILIGÊNCIA
 ASSINADO POR TERMO DE DILIGÊNCIA

Wol
Perícia e Consultoria Contábil

Ass. BERNARDES BRUNO
 OBRIGADO POR TERMO DE DILIGÊNCIA
 ASSINADO POR TERMO DE DILIGÊNCIA

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

9 Demonstrativos das contas de resultados do período de dezembro de 2022 a maio de 2023.

	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22	Total do período
RECEITAS	R\$ 22.824,00	R\$ 22.899,00	R\$ 18.111,00	R\$ 32.294,00	R\$ 11.129,00	R\$ 24.995,00	R\$ 132.252,00
DEBITOS	R\$ 11.724,00	R\$ 10.100,00	R\$ 10.100,00	R\$ 10.100,00	R\$ 10.100,00	R\$ 10.100,00	R\$ 62.224,00
RESULTADO ANTES DO RESULTADO	R\$ 11.100,00	R\$ 12.799,00	R\$ 8.011,00	R\$ 22.194,00	R\$ 1.029,00	R\$ 14.895,00	R\$ 70.028,00
LUCROS/PREJUÍZOS LÍQUIDOS	R\$ 11.100,00	R\$ 12.799,00	R\$ 8.011,00	R\$ 22.194,00	R\$ 1.029,00	R\$ 14.895,00	R\$ 70.028,00

10 Lucros/Prejuízos líquidos acumulados referente aos últimos dez meses.

PERÍODO	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22
LUCROS/PREJUÍZOS LÍQUIDOS ACUMULADOS	R\$ 11.100,00	R\$ 23.899,00	R\$ 31.910,00	R\$ 54.104,00	R\$ 55.133,00	R\$ 70.028,00

11 Patrimônio Líquido acumulado

CONTA	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22
Patrimônio líquido	R\$ 105.645,70	R\$ 120.444,00	R\$ 128.455,00	R\$ 150.649,00	R\$ 151.678,00	R\$ 166.573,00

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DEZ/21 a MAI/22

Conclusão do Relatório

Tivemos redução nas receitas, custos e despesas, que diminuiram o prejuízo em relação ao mês anterior. Esses prejuízos que se verifica desde fevereiro de 2021, são em partes devido a redução da receita bruta e aos parcelamentos de impostos, aquisição de maquinários. O prejuízo do mês foi de cerca de R\$ 945 mil e do acumulado do exercício de 2022 o resultado é negativo de R\$ 11,1 milhões. As análises demonstraram que todas as suas movimentações econômicas-financeiras estão ligadas a reestruturação das medidas tomadas pela administração, as quais focam na manutenção das atividades operacionais e comerciais.

Relatamos que, consoante esclarecido acima e demonstrado pelos documentos apresentados / planilha de cálculo, não detectamos a descontinuidade dos pagamentos / descumprimento do plano de recuperação homologado.

Foi apresentado o Quadro de Credores, atualizado nesta data, mediante as habilitações de créditos referente aos processos incidentes. Assim, orientamos a recuperanda que se faça os pagamentos referentes as novas habilitações.

Toda análise contábil foi pautada na verificação de documentos hábeis que pudessem comprovar a fidedignidade dos números apresentados em suas Demonstrações Financeiras. Assim, das

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961

Wol
 Perícia e Consultoria Contábil

análises dos indicadores econômicos, financeiros, contábeis e desempenhos aferidos das documentações apresentados pela Devedora; da composição dos informes e relatórios técnicos, conclui-se que a Recuperanda ainda se mantém em um momento complexo e delicado em razão da retração do mercado.

É o relatório, que submetemos à apreciação e acolhimento dessa Administração Judicial.

Wol Consultoria e Serviços Contábeis Eireli
 Wanderley de Oliveira Leite

Wol Perícia e Consultoria Contábil
 wol.consultoriacontabil@gmail.com (62) 3941-0270 / (62) 98534-2961



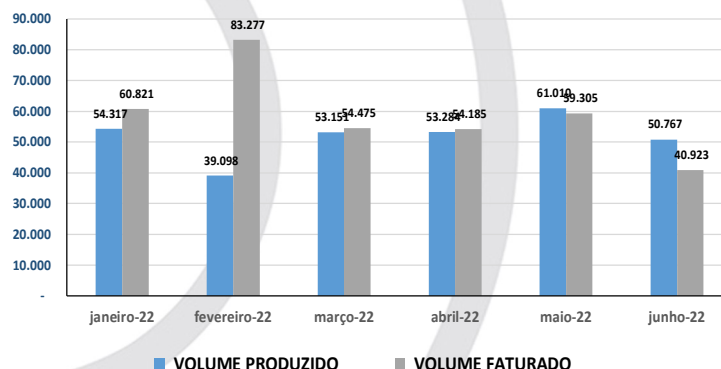
6. Destacamos, na sequência, os indicadores eleitos e não exaustivos, que objetivam acompanhar as atividades e desempenhos empresariais com dados e documentação apresentados pela recuperanda:

a) Volumes, em hectolitros, produzidos e faturados nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

HECTOLITROS	2021											
	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
VOLUME PRODUZIDO	65.145	65.307	43.146	51.278	69.804	81.898	79.564	76.547	82.342	83.655	85.855	77.300
Varição (%)	-33%	0,25%	-33,93%	18,85%	36,13%	17,33%	-2,85%	-3,79%	7,57%	1,60%	2,63%	-9,96%
Varição (Vol)	65.145	162	22.161	8.132	18.526	12.094	2.334	3.017	5.795	1.314	2.200	8.546
VOLUME FATURADO	70.020	57.961	39.464	54.931	67.130	73.528	76.551	71.286	90.969	82.855	86.797	66.851
Varição (%)	-20%	-17%	-32%	39%	22%	10%	4%	-7%	28%	-9%	5%	-23%
Varição (Vol)	70.020	12.059	18.497	15.467	12.199	6.398	3.023	5.265	19.683	8.114	3.942	19.942

HECTOLITROS	2022						2021
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jun/21
VOLUME PRODUZIDO	54.317	39.098	53.151	53.284	61.010	50.767	81.898
Varição (%)	-30%	-28,02%	35,94%	0,25%	14,50%	-16,79%	-38%
Varição (Vol)	-	43.517	-	15.218	14.053	133	7.726
VOLUME FATURADO	60.821	83.277	54.475	54.185	59.305	40.923	73.528
Varição (%)	-9%	37%	-35%	-1%	9%	-31%	-44%
Varição (Vol)	-	26.570	22.456	-	28.802	-	290

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 HECTOLÍTROS PRODUZIDOS x FATURADO - 2022 -

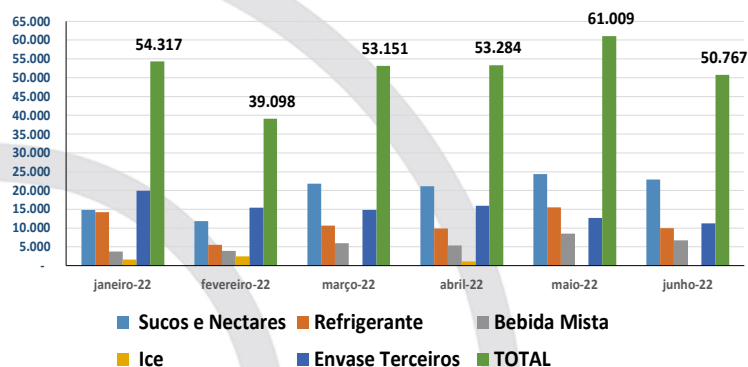


b) Envasamentos no período janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

PRODUTOS ENVASADOS	2021											
	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Sucos e Nectares	20.486	17.527	12.277	15.247	21.966	22.848	22.314	23.567	23.161	19.818	20.631	22.381
Varição (%)	-14%	-14%	-30%	24%	44%	4%	-2%	6%	-2%	-14%	4%	8%
Refrigerante	10.253	9.796	6.280	11.937	13.698	15.734	14.124	11.695	15.831	14.638	17.067	11.476
Varição (%)	-39%	-4%	-36%	90%	15%	15%	-10%	-17%	35%	-8%	17%	-33%
Bebida Mista	3.549	5.633	3.490	7.674	5.364	6.560	7.481	5.624	7.282	8.359	8.101	8.110
Varição (%)	-46%	59%	-38%	120%	-30%	22%	14%	-25%	29%	15%	-3%	0%
Ice	3.241	2.512	884	468	1.948	2.527	1.879	3.072	212	743	1.573	2.908
Varição (%)	-18%	-23%	-65%	-47%	316%	30%	-26%	63%	-93%	250%	112%	85%
Envase Terceiros	27.616	29.839	20.215	15.952	26.827	34.229	33.766	32.589	35.855	40.097	38.483	32.432
Varição (%)	-24%	8%	-32%	-21%	68%	28%	-1%	-3%	10%	12%	-4%	-16%
TOTAL	65.145	65.307	43.146	51.278	69.803	81.898	79.564	76.547	82.342	83.655	85.855	77.307
	-25%	0,25%	-33,93%	18,85%	36,13%	17,33%	-2,85%	-3,79%	7,57%	1,59%	2,63%	-9,96%

PRODUTOS ENVASADOS	2022						2021
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jun/21
Sucos e Nectares	14.825	11.884	21.767	21.105	24.369	22.865	22.848
Varição (%)	-34%	-20%	83%	-3%	15%	-6%	0%
Refrigerante	14.225	5.534	10.663	9.861	15.444	9.971	15.734
Varição (%)	24%	-61%	93%	-8%	57%	-35%	-99%
Bebida Mista	3.755	3.889	5.923	5.334	8.484	6.736	6.560
Varição (%)	-54%	4%	52%	-10%	59%	-21%	-96%
Ice	1.611	2.450	-	1.052	-	-	2.527
Varição (%)	-45%	52%	-100%	0%	-100%	0%	-100%
Envase Terceiros	19.900	15.341	14.799	15.932	12.712	11.195	34.229
Varição (%)	-39%	-23%	-4%	8%	-20%	-12%	-67,29%
TOTAL	54.317	39.098	53.151	53.284	61.009	50.767	81.898
Varição (%)	-30%	-28,02%	35,94%	0,25%	14,50%	-16,79%	-38,0%

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 PRODUTOS ENVASADOS - 2022 -

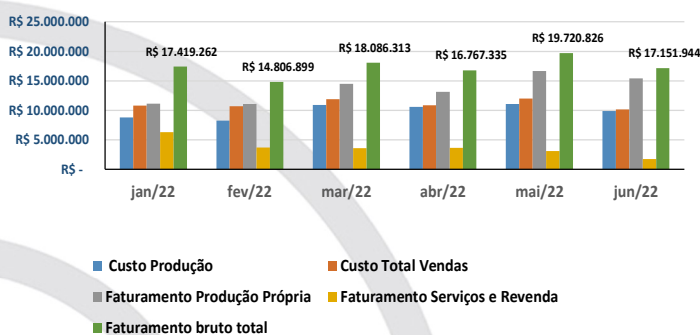


c) Faturamentos, custo geral e médio de produção nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

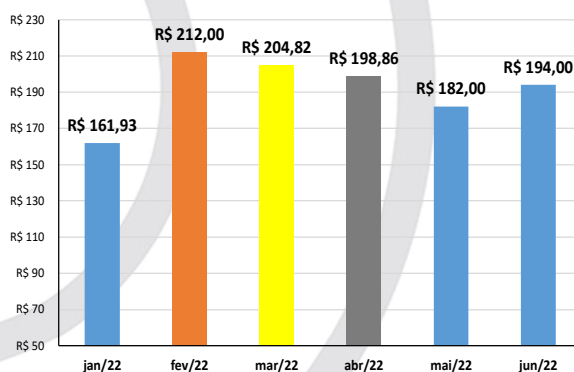
DESCRIÇÃO	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Custo Produção	R\$ 9.481.609	R\$ 9.071.346	R\$ 6.043.563	R\$ 6.541.774	R\$ 10.020.791	R\$ 11.333.319	R\$ 10.908.547	R\$ 10.824.089	R\$ 11.036.520	R\$ 12.528.427	R\$ 13.142.165	R\$ 12.754.450
Varição %	-12,8%	-4,3%	-33,4%	8,2%	53,2%	13,1%	-3,7%	-0,8%	2,0%	13,5%	4,9%	-3,0%
Custo Total Vendas	R\$ 11.206.667	R\$ 8.993.953	R\$ 6.641.308	R\$ 8.005.610	R\$ 11.467.476	R\$ 12.029.202	R\$ 11.044.250	R\$ 10.889.939	R\$ 13.661.149	R\$ 12.550.273	R\$ 14.442.384	R\$ 13.132.454
Varição %	0,4%	-19,7%	-26,2%	20,5%	43,2%	4,9%	-8,2%	-1,4%	25,4%	-8,1%	15,1%	-9,1%
Faturamento Produção Própria	R\$ 12.804.392	R\$ 10.000.194	R\$ 8.637.261	R\$ 10.958.249	R\$ 12.081.473	R\$ 13.127.574	R\$ 12.621.287	R\$ 12.846.439	R\$ 13.593.505	R\$ 13.340.145	R\$ 16.082.497	R\$ 14.210.393
Varição %	-17,2%	-21,9%	-13,6%	26,9%	10,3%	8,7%	-3,9%	1,8%	5,8%	-1,9%	20,6%	-11,6%
Faturamento Serviços e Revenda	R\$ 6.523.932	R\$ 5.664.065	R\$ 3.010.053	R\$ 4.021.955	R\$ 8.736.449	R\$ 7.503.334	R\$ 7.766.383	R\$ 7.047.604	R\$ 9.648.429	R\$ 9.024.577	R\$ 8.269.605	R\$ 6.786.219
Varição %	-1,9%	-13,2%	-46,9%	33,6%	117,2%	-14,1%	3,5%	-9,3%	36,9%	-6,5%	-8,4%	-17,9%
Faturamento bruto total	R\$ 19.328.324	R\$ 15.664.259	R\$ 11.647.314	R\$ 14.980.204	R\$ 20.817.921	R\$ 20.630.908	R\$ 20.387.670	R\$ 19.894.043	R\$ 23.241.934	R\$ 22.364.722	R\$ 24.352.102	R\$ 20.996.612
Varição %	-12,6%	-19,0%	-25,6%	28,6%	39,0%	-0,9%	-1,2%	-2,4%	16,8%	-3,8%	8,9%	-13,8%
Despesas Operacionais	R\$ 2.564.353	R\$ 2.489.635	R\$ 2.105.304	R\$ 2.184.988	R\$ 2.242.193	R\$ 2.284.437	R\$ 2.556.303	R\$ 2.465.702	R\$ 2.824.907	R\$ 2.709.811	R\$ 2.674.883	R\$ 2.700.372
Varição %	-18,3%	-2,9%	-15,4%	3,8%	2,6%	1,9%	11,9%	-3,5%	14,6%	-4,1%	-1,3%	1,0%
Custo de produção e venda	R\$ 20.688.276	R\$ 18.065.299	R\$ 12.684.871	R\$ 14.547.384	R\$ 21.488.267	R\$ 23.362.521	R\$ 21.952.797	R\$ 21.714.028	R\$ 24.697.669	R\$ 25.078.700	R\$ 27.584.549	R\$ 25.886.903
Varição %	-6,1%	-12,7%	-29,8%	14,7%	47,7%	8,7%	-6,0%	-1,1%	13,7%	1,5%	10,0%	-6,2%
Custo Médio de Prod. por Hectolitros	R\$ 145,55	R\$ 138,90	R\$ 140,07	R\$ 127,57	R\$ 143,56	R\$ 138,38	R\$ 137,10	R\$ 141,40	R\$ 134,00	R\$ 150,00	R\$ 153,07	R\$ 164,98
Varição %	30,9%	-4,6%	0,8%	-8,9%	12,5%	-3,6%	-0,9%	3,1%	-5,2%	11,9%	2,0%	7,8%

DESCRIÇÃO	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	2021
							jun/21
Custo Produção	R\$ 8.795.504	R\$ 8.281.441	R\$ 10.886.236	R\$ 10.595.887	R\$ 11.090.434	R\$ 9.865.224	R\$ 11.333.319
Variação %	-31,0%	-5,8%	31,5%	-2,7%	4,7%	-11,0%	-13,0%
Custo Total Vendas	R\$ 10.833.744	R\$ 10.673.478	R\$ 11.864.991	R\$ 10.866.830	R\$ 11.972.134	R\$ 10.150.027	R\$ 12.029.202
Variação %	-17,5%	-1,5%	11,2%	-8,4%	10,2%	-15,2%	-16%
Faturamento Produção Própria	R\$ 11.127.811	R\$ 11.081.448	R\$ 14.509.841	R\$ 13.132.665	R\$ 16.628.850	R\$ 15.391.971	R\$ 12.081.473
Variação %	-21,7%	-0,4%	30,9%	-9,5%	26,6%	-7,4%	27%
Faturamento Serviços e Revenda	R\$ 6.291.450	R\$ 3.725.451	R\$ 3.576.473	R\$ 3.634.670	R\$ 3.091.977	R\$ 1.759.973	R\$ 7.503.334
Variação %	-7,3%	-40,8%	-4,0%	1,6%	-14,9%	-43,1%	-77%
Faturamento bruto total	R\$ 17.419.262	R\$ 14.806.899	R\$ 18.086.313	R\$ 16.767.335	R\$ 19.720.826	R\$ 17.151.944	R\$ 20.630.908
Variação %	-17,0%	-15,0%	22,1%	-7,3%	17,6%	-13,0%	-17%
Despesas Operacionais	R\$ 2.518.953	R\$ 2.035.297	R\$ 2.528.765	R\$ 2.406.029	R\$ 2.564.081	R\$ 2.564.081	R\$ 2.284.437
Variação %	-6,7%	-19,2%	24,2%	-4,9%	6,6%	0,0%	12%
Custo de produção e venda	R\$ 19.629.248	R\$ 18.954.919	R\$ 22.751.226	R\$ 21.462.718	R\$ 23.062.568	R\$ 20.015.252	R\$ 23.362.521
Variação %	-24,2%	-3,4%	20,0%	-5,7%	7,5%	-13,2%	-14,3%
Custo Médio de Prod. por Hectolitros	R\$ 162	R\$ 212	R\$ 205	R\$ 199	R\$ 182	R\$ 194	R\$ 138
Variação %	-1,9%	30,9%	-3,4%	-2,9%	-8,5%	6,6%	40%

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 CUSTOS E FATURAMENTOS - 2022-



INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 CUSTO MÉDIO DE PRODUÇÃO POR HECTOLITROS - 2022 -

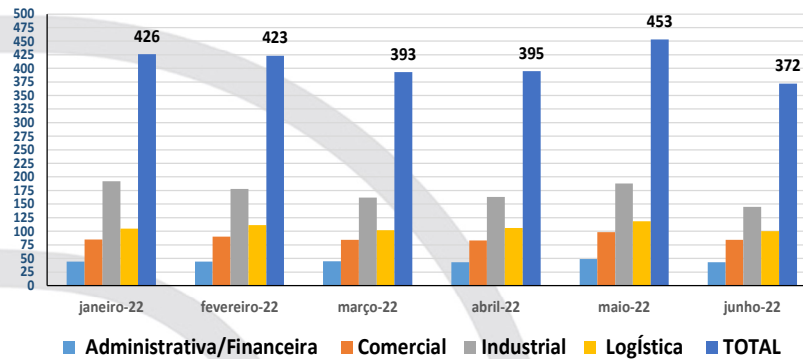


d) Recursos humanos registrados nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

FUNCIONÁRIOS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Administrativa/Financeira	47	47	44	46	43	50	45	44	44	44	44	44
Comercial	90	84	89	88	85	102	88	86	100	100	98	96
Industrial	162	161	165	162	169	199	181	176	201	199	202	203
Logística	116	112	102	115	110	122	114	113	111	111	111	113
TOTAL	415	404	400	411	407	473	428	419	456	454	455	456
Variação %/qtde	62%	-3%	-1%	3%	-1%	16%	-10%	-2%	9%	0%	0,2%	0,2%
	159	-11	-4	11	-4	66	-45	-9	37	-2	1	1

FUNCIONÁRIOS	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	VARIACIONES MENSIS	
Administrativa/Financeira	44	44	45	43	49	43	-6	-12%
Comercial	85	90	84	83	98	84	-14	-14%
Industrial	192	178	162	163	188	145	-43	-23%
Logística	105	111	102	106	118	100	-18	-15%
TOTAL	426	423	393	395	453	372	-81	-18%
Variação %/qtde	-7%	-1%	-7%	1%	15%	-18%		
	-30	-3	-30	2	58	-81		

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 FUNCIONÁRIOS - 2021 -

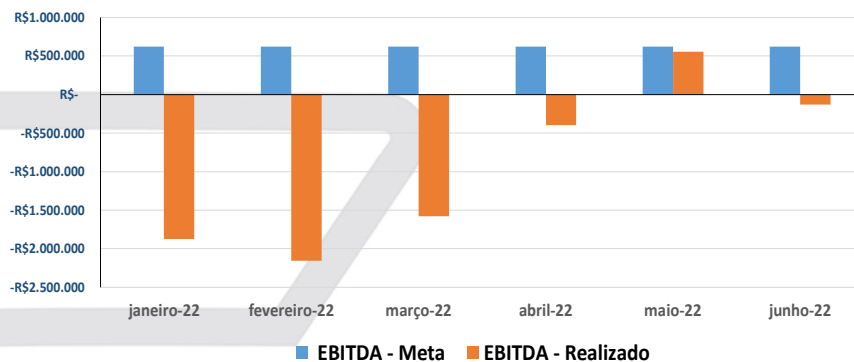


e) Ebitda e metas registrados nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

EBITDA	2021											
	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
EBITDA - Meta	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000	R\$ 500.000
EBITDA - Realizado	R\$ 224.138	R\$ 426.447	R\$ 844.975	R\$ 137.839	R\$ 163.064	R\$ 179.132	R\$ 398.527	R\$ 353.382	R\$ 587.528	R\$ 32.630	R\$ 326.095	R\$ 144.136
Variação% entre os meses	base	90%	98%	-116%	16%	-210%	-322%	-11%	-266%	-94%	899%	-144%

EBITDA	2022						jun/21	VARIACIONES	
	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22		jun/21	jun/22
EBITDA - Meta	R\$ 620.000	R\$ 620.000	R\$ 620.000	R\$ 620.000	R\$ 620.000	R\$ 620.000	R\$ 500.000	R\$ 120.000	24%
EBITDA - Realizado	-R\$ 1.873.293	-R\$ 2.154.469	-R\$ 1.580.094	-R\$ 395.064	R\$ 555.154	-R\$ 131.143	-R\$ 179.132	-R\$ 215.932	-27%
Variação% entre os meses	base	15%	-27%	-75%	-241%	-124%			

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 EBITDA - 2022 -

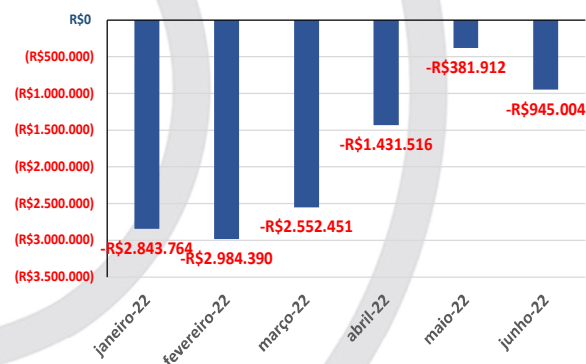


f) Receitas, despesas, custos e resultados registrados nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

CONTAS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
RECEITAS	R\$19.328.324	R\$15.664.259	R\$11.647.314	R\$14.980.204	R\$14.591.963	R\$14.739.531	R\$ 14.575.081,00	R\$ 14.337.340	R\$ 16.655.613	R\$ 15.915.871	R\$ 17.622.922	R\$ 14.824.597
CUSTOS	-R\$11.206.667	-R\$8.993.953	-R\$6.641.308	-R\$8.005.610	-R\$11.467.476	-R\$12.029.202	-R\$ 11.044.250,00	-R\$ 10.889.939	-R\$ 13.661.149	-R\$ 12.550.273	-R\$ 14.442.384	-R\$ 11.770.233
DESPESAS	R\$5.025.158	-R\$3.338.482	-R\$2.962.757	-R\$3.067.041	-R\$3.605.551	-R\$3.420.411	-R\$ 3.788.629,00	-R\$ 3.582.225	-R\$ 4.480.098	-R\$ 3.829.305	-R\$ 3.854.204	-R\$ 3.536.409
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	R\$8.332.056	-R\$755.796	-R\$1.165.669	-R\$231.788	-R\$481.064	-R\$710.082	-R\$257.798	-R\$134.823	-R\$1.485.634	-R\$463.707	-R\$673.666	-R\$482.045

CONTAS	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	VARIAÇÕES
RECEITAS	R\$12.059.894	R\$10.872.899	R\$13.194.091	R\$12.329.101	R\$14.995.351	R\$13.053.881	-R\$1.941.470 -13%
CUSTOS	-R\$10.833.744	-R\$10.673.478	-R\$11.864.991	-R\$10.866.830	-R\$11.972.134	-R\$10.150.027	R\$1.822.107 -15%
DESPESAS	-R\$4.069.914	-R\$3.183.811	-R\$3.881.551	-R\$2.893.787	-R\$3.405.129	-R\$3.848.858	-R\$443.729 13%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	-R\$2.843.764	-R\$2.984.390	-R\$2.552.451	-R\$1.431.516	-R\$381.912	-R\$945.004	-R\$563.092 147%

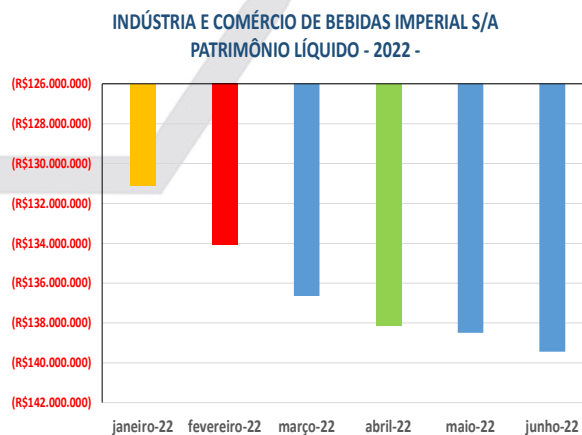
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 RESULTADO - 2022 -



g) Patrimônio líquido registrados nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

CONTAS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 127.616.169	-R\$ 128.571.966	-R\$ 129.765.364	-R\$ 129.997.151	-R\$ 130.472.672	-R\$ 131.700.198	-R\$ 131.957.996,00	-R\$ 132.308.753	-R\$ 133.525.399	-R\$ 133.984.753	-R\$ 134.663.844	-R\$ 135.549.776

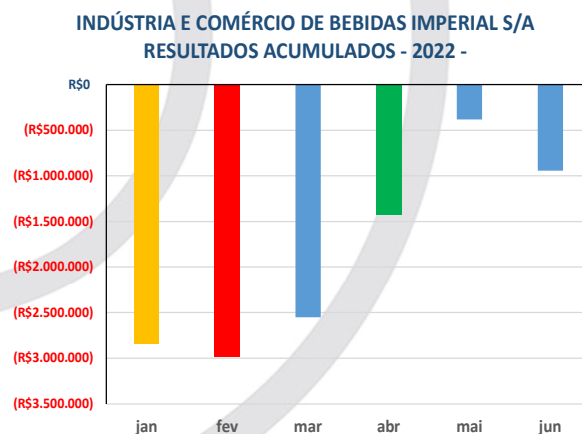
CONTAS	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 131.095.096	-R\$ 134.086.715	-R\$ 136.638.828	-R\$ 138.114.909	-R\$ 138.495.904	-R\$ 139.441.013



h) Resultados acumulados nos períodos de janeiro a dezembro de 2021 e janeiro a junho de 2022.

CONTAS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ 8.332.056	-R\$ 755.796	-R\$ 1.165.669	-R\$ 231.788	-R\$ 481.064	-R\$ 710.082	-R\$ 257.798	-R\$ 134.823	-R\$ 1.485.634	-R\$ 463.707	-R\$ 673.666	-R\$ 482.045

CONTAS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	VARIAÇÕES
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 2.843.764	-R\$ 2.984.390	-R\$ 2.552.451	-R\$ 1.431.516	-R\$ 381.912	-R\$ 945.004	R\$ 1.326.916 147,44%



7. Dos apontamentos realizados pelo auxiliar da Administração Judicial, autorizado por esse juízo, inclusive quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, extraem-se:

(...)

6 Do acompanhamento da execução do Plano de Recuperação.

A Recuperanda apresentou os documentos de comprovação de pagamento referente ao mês de novembro de 2021, por meio das seguintes planilhas demonstrativas, com a posição mensal por classe, das quais extraímos as respectivas informações:

1ª - Planilha: Classe I Trabalhista - data base 01 06 2022 a 30 06 2022:

RELAÇÃO DE CREDORES	VALOR - R\$	JUROS AC 12 MESES	TOTAL GD	TOTAL DE PARC	PARCELAS	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	7ª PARCELA	8ª PARCELA	9ª PARCELA	10ª PARCELA	11ª PARCELA	12ª PARCELA
						Jul22	Ago22	Sep22	Jan23	Fev23	Mar23	Abr23	Mai23	Jun23
DARLAN CARVALHO DOS SANTOS	17.929,81	545,35	18.475,16	12	SALDO DEVEDOR	18.475,16	16.935,57	15.395,97	9.237,59	7.697,99	6.158,39	4.618,79	3.079,19	1.539,60
					LIMITE PARCELA	1.539,60	1.539,60	1.539,60	1.539,60	1.539,60	1.539,60	1.539,60	1.539,60	1.539,60
					JUROS	46,19	42,34	38,49	23,69	19,24	15,40	11,55	7,70	3,85
					PARC+JUROS	1.585,79	1.581,94	1.578,09	1.562,69	1.558,84	1.554,99	1.551,14	1.547,29	1.543,45



2ª planilha - Classe III - Quirográfico - data base 01 06 2022 a 30 06 2022:

RELAÇÃO DE CREDITORES	Valor na RJ	Saldo AF a Compet	Valor Principal	Juros ac 6 meses	SD a pagar Princ+Juro	TOTAL DE PARC	PARCELAS	1º PARCELA	20º PARCELA	21º PARCELA	22º PARCELA
								Out/20	Mai/22	Jun/22	Jul/22
CLASSE III - QUIROGRAFARIO QUITADOS / BAIXADOS EM ANDAMENTO Baixado Saldo AF JUROS 0,083333% Já liquidados 0,25% OUTROS - 60 Parcelas TR + 1% a.a. (0,08% a.m.) Pagamento mínimo mensal 500,00											
3	ALPHA COLOR ETIQUETAS E ROTULOS LTDA	54.774,20	- 8.229,00	46.545,20	223,86	46.769,06	48	SALDO DEVEDOR 46.769,06	31.958,86	31.179,38	30.399,89
								LIMITE PARC 1.065,03	779,48	779,48	779,48
								JUROS 37,42	25,57	24,94	24,32
								PARC+JUROS 1.102,45	805,05	804,43	803,80
4	ALVES E RODRIGUES TRANSPORTES LTDA	19.500,00	-	19.500,00	93,79	19.593,79	39	SALDO DEVEDOR 19.593,79	10.093,79	9.593,79	9.093,79
								LIMITE PARC 533,81	500,00	500,00	500,00
								JUROS 15,68	8,08	7,68	7,28
								PARC+JUROS 549,49	508,08	507,68	507,28
10	CLOSURE SYSTEMS INTERNATIONAL	54.591,04	-	54.591,04	262,56	54.853,60	48	SALDO DEVEDOR 54.853,60	37.483,23	36.569,00	35.654,77
								LIMITE PARC 1.249,14	914,23	914,23	914,23
								JUROS 43,88	29,99	29,26	28,52
								PARC+JUROS 1.293,02	944,22	943,49	942,75
11	COMERCIAL AÇUCAR E ALCÓOL ARAGUAIA LTDA	115.204,24	-	115.204,24	554,09	115.758,33	48	SALDO DEVEDOR 115.758,33	79.101,59	77.172,29	75.242,99
								LIMITE PARC 2.636,06	1.929,30	1.929,30	1.929,30
								JUROS 92,61	63,28	61,74	60,19
								PARC+JUROS 2.728,67	1.992,58	1.991,04	1.989,49
13	DIVERSEY BRASIL IND QUIMICA LTDA	21.020,86	-	21.020,86	101,10	21.121,96	42	SALDO DEVEDOR 21.121,96	11.621,96	11.121,96	10.621,96
								LIMITE PARC 535,30	500,00	500,00	500,00
								JUROS 16,90	9,30	8,90	8,50
								PARC+JUROS 552,20	509,30	508,90	508,50
14	DOHLER AMERICA LATINA LTDA	54.563,76	-	54.563,76	262,43	54.826,19	48	SALDO DEVEDOR 54.826,19	37.464,56	36.550,79	35.637,02
								LIMITE PARC 1.535,17	913,77	913,77	913,77
								JUROS 43,86	29,97	29,24	28,51
								PARC+JUROS 1.579,03	943,74	943,01	942,28
15	ELETRON TRANS OL INDUSTRIA E COMERCIO MAT ELETRICOS LTDA	12.867,18	-	12.867,18	61,89	12.929,07	25	SALDO DEVEDOR 12.929,07	3.429,07	2.929,07	2.429,07
								LIMITE PARC 522,31	500,00	500,00	500,00
								JUROS 10,34	2,74	2,34	1,94
								PARC+JUROS 532,65	502,74	502,34	501,94
17	ESTRELLA DE GALICIA IMP	111.936,98	-	111.936,98	560,85	112.497,83	48	SALDO DEVEDOR 112.497,83	76.190,29	74.315,29	72.440,29
								LIMITE PARC 2.557,54	1.875,00	1.875,00	1.875,00
								JUROS 93,75	63,49	61,93	60,37
								PARC+JUROS 2.651,29	1.938,49	1.936,93	1.935,37
18	FLAVOUR MIX INDUSTRIA COM.	83.670,46	-	83.670,46	402,42	84.072,88	48	SALDO DEVEDOR 84.072,88	57.449,85	56.048,64	54.647,43
								LIMITE PARC 1.896,22	1.401,21	1.401,21	1.401,21
								JUROS 67,26	45,96	44,84	43,72
								PARC+JUROS 1.963,48	1.447,17	1.446,05	1.444,93
19	GARDNER DENVER BRASIL IND E COM DE MAQ LTDA	23.988,30	-	23.988,30	115,37	24.103,67	48	SALDO DEVEDOR 24.103,67	14.603,67	14.103,67	13.603,67
								LIMITE PARC 541,60	500,00	500,00	500,00
								JUROS 19,28	11,68	11,28	10,88
								PARC+JUROS 560,88	511,68	511,28	510,88
20	GLOBALMAX INDUSTRIA PLÁSTICA LTDA	453.975,06	-	453.975,06	2.183,44	456.158,50	48	SALDO DEVEDOR 456.158,50	311.708,30	304.105,66	296.503,02
								LIMITE PARC 10.268,81	7.602,64	7.602,64	7.602,64
								JUROS 364,93	249,37	243,28	237,20
								PARC+JUROS 10.633,74	7.852,01	7.845,92	7.839,84
21	GOLDEN SUCOS LTDA	792.184,40	- 33.500,00	758.684,40	3.649,98	762.333,38	48	SALDO DEVEDOR 762.333,38	520.927,74	508.222,18	495.516,62
								LIMITE PARC 17.336,24	12.705,56	12.705,56	12.705,56
								JUROS 609,87	416,74	406,58	396,41
								PARC+JUROS 17.946,11	13.122,30	13.112,14	13.101,97
22	GRASSE AROMAS E INGREDIENTES LTDA	16.614,36	-	16.614,36	79,91	16.694,27	33	SALDO DEVEDOR 16.694,27	7.194,27	6.694,27	6.194,27
								LIMITE PARC 555,83	500,00	500,00	500,00
								JUROS 13,36	5,76	5,36	4,96
								PARC+JUROS 569,19	505,76	505,36	504,96



24	IND.REUNIDAS DE BEB.TAT.3FAZL	786.593,42	-25.700,79	760.892,63	3.659,60	764.552,23	48	SALDO DEVEDOR	764.552,23	522.443,97	509.701,43	496.958,89
								LIMITE PARC	17.410,50	12.742,54	12.742,54	12.742,54
								JUROS	611,64	417,96	407,76	397,57
								PARC+JUROS	18.022,14	13.160,50	13.150,30	13.140,11
26	INGERSOLL-RAND IND. COM. E SERV. DE AR COND. E REFRI. LTDA	22.048,00	-	22.048,00	106,04	22.154,04	44	SALDO DEVEDOR	22.154,04	12.654,04	12.154,04	11.654,04
								LIMITE PARC	538,23	500,00	500,00	500,00
								JUROS	17,72	10,12	9,72	9,32
								PARC+JUROS	555,95	510,12	509,72	509,32
30	JM SERVIÇOS E COMERCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA	179.835,78	-	179.835,78	864,94	180.700,72	48	SALDO DEVEDOR	180.700,72	123.478,80	120.467,12	117.455,44
								LIMITE PARC	4.114,95	3.011,68	3.011,68	3.011,68
								JUROS	144,56	98,78	96,37	93,96
								PARC+JUROS	4.259,51	3.110,46	3.108,05	3.105,64
31	LATAS INDUSTRIA DE EMBALAGENS DE ALUMINIO DO BRASIL LTDA	177.946,13	-	177.946,13	855,85	178.801,98	48	SALDO DEVEDOR	178.801,98	122.181,22	119.201,18	116.221,14
								LIMITE PARC	4.071,71	2.980,04	2.980,04	2.980,04
								JUROS	143,04	97,74	95,36	92,98
								PARC+JUROS	4.214,75	3.077,78	3.075,40	3.073,02
32	LOGOS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	24.426,88	-	24.426,88	117,48	24.544,36	48	SALDO DEVEDOR	24.544,36	15.044,36	14.544,36	14.044,36
								LIMITE PARC	558,92	500,00	500,00	500,00
								JUROS	19,64	12,04	11,64	11,24
								PARC+JUROS	578,56	512,04	511,64	511,24
33	LONAX-INDUSTRIA BRASILEIRA DE LONAS LTDA	62.548,50	-	62.548,50	300,83	62.849,33	48	SALDO DEVEDOR	62.849,33	42.947,02	41.899,53	40.852,04
								LIMITE PARC	1.431,21	1.047,49	1.047,49	1.047,49
								JUROS	50,28	34,36	33,52	32,68
								PARC+JUROS	1.481,49	1.081,85	1.081,01	1.080,17
34	MAIS SERVICOS DE APOIO LOGISTICO EIRELI	100.151,76	-50.000,00	50.151,76	241,21	50.392,97	48	SALDO DEVEDOR	50.392,97	34.432,97	33.592,97	32.752,97
								LIMITE PARC	1.147,56	840,00	840,00	840,00
								JUROS	40,31	27,55	26,87	26,20
								PARC+JUROS	1.187,87	867,55	866,87	866,20
35	MATPRIM SOLUTIONS	10.877,50	-	10.877,50	52,32	10.929,82	21	SALDO DEVEDOR	10.929,82	1.429,82	929,82	429,82
								LIMITE PARC	503,69	500,00	500,00	429,82
								JUROS	8,74	1,14	0,74	0,34
								PARC+JUROS	512,43	501,14	500,74	430,16
36	META LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	11.722,34	-	11.722,34	56,38	11.778,72	23	SALDO DEVEDOR	11.778,72	2.278,72	1.778,72	1.278,72
								LIMITE PARC	520,33	500,00	500,00	500,00
								JUROS	9,42	1,82	1,42	1,02
								PARC+JUROS	529,75	501,82	501,42	501,02
37	PAMPA BRASIL- IND. E COM. MAT. PRIMAS P/ A IND. ALI. LTDA	32.272,30	-252,14	32.020,16	154,00	32.174,16	48	SALDO DEVEDOR	32.174,16	21.985,60	21.449,36	20.913,12
								LIMITE PARC	732,67	536,24	536,24	536,24
								JUROS	25,74	17,59	17,16	16,73
								PARC+JUROS	758,41	553,83	553,40	552,97
38	PLURY QUIMICA LTDA	20.356,20	-26,30	20.329,90	97,78	20.427,68	40	SALDO DEVEDOR	20.427,68	10.927,68	10.427,68	9.927,68
								LIMITE PARC	53525%	500,00	500,00	500,00
								JUROS	16,34	8,74	8,34	7,94
								PARC+JUROS	551,59	508,74	508,34	507,94
40	RODOVIÁRIO SASTRE LTDA	722.687,77	-	722.687,77	3.475,85	726.163,62	48	SALDO DEVEDOR	726.163,62	496.212,20	484.109,50	472.006,80
								LIMITE PARC	16.533,31	12.102,70	12.102,70	12.102,70
								JUROS	580,93	396,97	387,29	377,61
								PARC+JUROS	17.114,24	12.499,67	12.489,99	12.480,31
43	SWEETMIX	34.586,63	-	34.586,63	166,35	34.752,98	48	SALDO DEVEDOR	34.752,98	23.748,18	23.168,98	22.589,78
								LIMITE PARC	619,57	579,20	579,20	579,20
								JUROS	27,80	19,00	18,54	18,07
								PARC+JUROS	647,37	598,20	597,74	597,27
45	TECNOVIN DO BRASIL IND.COM.I.E	100.233,23	-	100.233,23	482,08	100.715,31	48	SALDO DEVEDOR	100.715,31	68.821,91	67.143,31	65.464,71
								LIMITE PARC	2.293,51	1.678,60	1.678,60	1.678,60
								JUROS	80,57	55,06	53,71	52,37
								PARC+JUROS	2.374,08	1.733,66	1.732,31	1.730,97
46	TELEVISAO ANHANGUERA S/A	118.535,40	-	118.535,40	570,11	119.105,51	48	SALDO DEVEDOR	119.105,51	81.388,61	79.403,51	77.418,41
								LIMITE PARC	2.712,29	1.985,10	1.985,10	1.985,10
								JUROS	95,28	65,11	63,52	61,93
								PARC+JUROS	2.807,57	2.050,21	2.048,62	2.047,03



Valor: R\$ 1,00
 PROCESSO CIVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária -> Outros procedimentos
 TRINDADE - 2ª VARA CIVEL E AMBIENTAL
 Usuário: IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE - Data: 12/11/2023 12:35:32

Item	Empresa	Valor	Juros	Saldo	Parcelas	Saldo Devedor	Limite Parc	Juros	Parc+Juros
47	TELEVISAO RIVIERA LTDA	15.372,00	-	15.372,00	73,93	15.445,93	500,00	4,36	504,36
49	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	34.997,89	-	34.997,89	168,33	35.166,22	500,00	18,76	604,39
50	TV TOCANTINS LTDA	16.552,80	-	16.552,80	79,61	16.632,41	500,00	5,31	505,31
52	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS	67.897,86	-	67.897,86	326,56	68.224,42	500,00	36,39	604,86
55	TELEFONICA BRASIL S/A	29.289,00	-	29.289,00	140,87	29.429,87	500,00	15,56	514,37

2.1 – Classe III – Quirografário – Parceiros Estratégicos – data base 01 06 2022 a 30 06 2022:

Valor na RJ	Saldo AF a Compensar	Valor Principal	Juros ac 6 meses	SD a pagar Princ+Juros	TOTAL DE PARC	PARCELAS	1º PARCEL A	20º PARCEL A	21º PARCEL A
							Out/20	Mai/22	Jun/22
54.774,20	8.229,00	46.545,20	702,56	47.247,76	48	SALDO DEVEDOR	47.247,76	28.546,41	27.562,08
						LIMITE PARC	984,33	984,33	984,33
						JUROS	118,12	71,37	68,91
						PARC+JUROS	1.102,45	1.055,69	1.053,23
19.500,00	-	19.500,00	294,33	19.794,33	39	SALDO DEVEDOR	19.794,33	9.918,86	9.397,96
						LIMITE PARC	500,00	520,90	520,90
						JUROS	49,49	24,80	23,49
						PARC+JUROS	549,49	545,70	544,39
54.591,04	-	54.591,04	824,00	55.415,04	48	SALDO DEVEDOR	55.415,04	33.481,97	32.327,49
						LIMITE PARC	1.154,48	1.154,48	1.154,48
						JUROS	138,54	83,70	80,82
						PARC+JUROS	1.293,02	1.238,18	1.235,30
115.204,24	-	115.204,24	1.738,90	116.943,14	48	SALDO DEVEDOR	116.943,14	70.657,47	68.221,16
						LIMITE PARC	2.436,32	2.436,32	2.436,32
						JUROS	292,36	176,64	170,55
						PARC+JUROS	2.728,67	2.612,96	2.606,87
21.020,86	-	21.020,86	317,29	21.338,15	42	SALDO DEVEDOR	21.338,15	11.237,99	10.704,54
						LIMITE PARC	498,85	533,45	533,45
						JUROS	53,35	28,09	26,76
						PARC+JUROS	552,20	561,54	560,21
54.563,76	-	54.563,76	823,59	55.387,35	48	SALDO DEVEDOR	55.387,35	33.178,58	32.024,68
						LIMITE PARC	1.440,56	1.153,90	1.153,90
						JUROS	138,47	82,95	80,06
						PARC+JUROS	1.579,03	1.236,85	1.233,96



12.867,18	-	12.867,18	194,22	13.061,40	26	SALDO DEVEDOR	13.061,40	3.157,77	2.635,32
						LIMITE PARC	500,00	522,45	522,45
						JUROS	32,65	7,89	6,59
						PARC+JUROS	532,65	530,34	529,04
111.936,98	-	111.936,98	560,85	112.497,83	48	SALDO DEVEDOR	112.497,83	76.190,75	74.315,75
						LIMITE PARC	2.557,54	1.875,00	1.875,00
						JUROS	93,75	63,49	61,93
						PARC+JUROS	2.651,29	1.938,49	1.936,93
83.670,46	-	83.670,46	1.262,93	84.933,39	48	SALDO DEVEDOR	84.933,39	51.335,35	49.565,91
						LIMITE PARC	1.751,15	1.769,45	1.769,45
						JUROS	212,33	128,34	123,91
						PARC+JUROS	1.963,48	1.897,78	1.893,36
23.988,30	-	23.988,30	362,08	24.350,38	48	SALDO DEVEDOR	24.350,38	14.111,31	13.570,20
						LIMITE PARC	500,00	541,11	541,11
						JUROS	60,88	35,28	33,93
						PARC+JUROS	560,88	576,39	575,04
11.952,00	-	11.952,00	180,40	12.132,40	24	SALDO DEVEDOR	12.132,40	2.107,20	1.601,93
						LIMITE PARC	500,00	500,00	500,00
						JUROS	210,74	5,27	4,00
						PARC+JUROS	710,74	505,27	504,00
453.975,06	-	453.975,06	6.852,33	460.827,39	48	SALDO DEVEDOR	460.827,39	278.552,49	268.951,92
						LIMITE PARC	9.481,67	9.600,57	9.600,57
						JUROS	1.152,07	696,38	672,38
						PARC+JUROS	10.633,74	10.296,95	10.272,95
792.184,40	- 33.500,00	758.684,40	11.451,63	770.136,03	48	SALDO DEVEDOR	770.136,03	465.318,82	449.274,32
						LIMITE PARC	16.044,50	16.044,50	16.044,50
						JUROS	1.925,34	1.163,30	1.123,19
						PARC+JUROS	17.969,84	17.207,80	17.167,69
16.614,36	-	16.614,36	250,78	16.865,14	33	SALDO DEVEDOR	16.865,14	6.852,20	6.325,17
						LIMITE PARC	527,03	527,03	527,03
						JUROS	42,16	17,13	15,81
						PARC+JUROS	569,19	544,16	542,84
786.593,42	- 25.700,79	760.892,63	11.484,96	772.377,59	48	SALDO DEVEDOR	772.377,59	466.673,35	450.582,15
						LIMITE PARC	16.091,20	16.091,20	16.091,20
						JUROS	1.930,94	1.166,68	1.126,46
						PARC+JUROS	18.022,14	17.257,88	17.217,66
22.048,00	-	22.048,00	332,79	22.380,79	44	SALDO DEVEDOR	22.380,79	12.289,42	11.756,52
						LIMITE PARC	500,00	532,90	532,90
						JUROS	55,95	30,72	29,39
						PARC+JUROS	555,95	563,62	562,29
179.835,78	-	179.835,78	2.714,45	182.550,23	48	SALDO DEVEDOR	182.550,23	110.297,52	106.494,39
						LIMITE PARC	3.803,13	3.803,13	3.803,13
						JUROS	456,38	275,74	266,24
						PARC+JUROS	4.259,51	4.078,87	4.069,37
177.946,13	-	177.946,13	2.685,93	180.632,06	48	SALDO DEVEDOR	180.632,06	109.138,54	105.375,38
						LIMITE PARC	3.763,17	3.763,17	3.763,17
						JUROS	451,58	272,85	263,44
						PARC+JUROS	4.214,75	4.036,01	4.026,61
24.426,88	-	24.426,88	368,70	24.795,58	48	SALDO DEVEDOR	24.795,58	14.980,59	14.464,01
						LIMITE PARC	516,57	516,57	516,57
						JUROS	61,99	37,45	36,16
						PARC+JUROS	578,56	554,03	552,73
62.548,50	-	62.548,50	944,11	63.492,61	48	SALDO DEVEDOR	63.492,61	38.362,46	37.039,69
						LIMITE PARC	1.322,76	1.322,76	1.322,76
						JUROS	158,73	95,91	92,60
						PARC+JUROS	1.481,49	1.418,67	1.415,36
100.151,76	- 50.000,00	50.151,76	756,99	50.908,75	48	SALDO DEVEDOR	50.908,75	30.759,26	29.698,66
						LIMITE PARC	1.060,60	1.060,60	1.060,60
						JUROS	127,27	76,90	74,25
						PARC+JUROS	1.187,87	1.137,50	1.134,85
10.877,50	-	10.877,50	164,19	11.041,69	22	SALDO DEVEDOR	11.041,69	619,46	67,36
						LIMITE PARC	484,83	552,10	67,36
						JUROS	27,60	1,55	0,17
						PARC+JUROS	512,43	553,65	67,52
11.722,34	-	11.722,34	176,94	11.899,28	23	SALDO DEVEDOR	11.899,28	2.399,72	1.899,72
						LIMITE PARC	500,00	500,00	500,00
						JUROS	29,75	6,00	4,75
						PARC+JUROS	529,75	506,00	504,75



610.128,00	-	610.128,00	9.209,31	619.337,31	48	SALDO DEVEDOR	619.337,31	374.205,86	361.303,00
						LIMITE PARC	12.902,86	12.902,86	12.902,86
						JUROS	1.548,34	935,51	903,26
						PARC+JUROS	14.451,20	13.838,38	13.806,12
32.272,30	252,14	32.020,16	483,31	32.503,47	48	SALDO DEVEDOR	32.503,47	19.638,71	18.961,56
						LIMITE PARC	677,16	677,16	677,16
						JUROS	81,26	49,10	47,40
						PARC+JUROS	758,41	726,25	724,56
20.356,20	26,30	20.329,90	306,86	20.636,76	41	SALDO DEVEDOR	20.636,76	11.137,51	10.637,51
						LIMITE PARC	500,00	500,00	500,00
						JUROS	51,59	27,84	26,59
						PARC+JUROS	551,59	527,84	526,59
722.687,77	-	722.687,77	10.908,29	733.596,06	48	SALDO DEVEDOR	733.596,06	443.241,42	427.958,17
						LIMITE PARC	15.283,25	15.283,25	15.283,25
						JUROS	1.833,99	1.108,10	1.069,90
						PARC+JUROS	17.117,24	16.391,35	16.353,15
34.586,63	-	34.586,63	522,05	35.108,68	48	SALDO DEVEDOR	35.108,68	21.384,63	20.653,20
						LIMITE PARC	559,60	731,43	731,43
						JUROS	87,77	53,46	51,63
						PARC+JUROS	647,37	784,89	783,06
100.233,23	-	100.233,23	1.512,93	101.746,16	48	SALDO DEVEDOR	101.746,16	61.475,40	59.355,69
						LIMITE PARC	2.119,71	2.119,71	2.119,71
						JUROS	254,37	153,69	148,39
						PARC+JUROS	2.374,08	2.273,40	2.268,10
118.535,40	-	118.535,40	1.789,18	120.324,58	48	SALDO DEVEDOR	120.324,58	72.700,56	70.193,80
						LIMITE PARC	2.506,76	2.506,76	2.506,76
						JUROS	300,81	181,75	175,48
						PARC+JUROS	2.807,57	2.688,51	2.682,25
15.372,00	-	15.372,00	232,03	15.604,03	31	SALDO DEVEDOR	15.604,03	5.722,13	5.202,00
						LIMITE PARC	520,13	520,13	520,13
						JUROS	39,01	14,31	13,00
						PARC+JUROS	559,14	534,44	533,13
34.997,89	-	34.997,89	528,26	35.526,15	48	SALDO DEVEDOR	35.526,15	21.465,05	20.724,92
						LIMITE PARC	740,13	740,13	740,13
						JUROS	88,82	53,66	51,81
						PARC+JUROS	828,94	793,79	791,94
16.552,80	-	16.552,80	249,85	16.802,65	33	SALDO DEVEDOR	16.802,65	6.163,28	5.603,28
						LIMITE PARC	560,00	560,00	560,00
						JUROS	42,01	15,41	14,01
						PARC+JUROS	602,01	575,41	574,01
67.897,86	-	67.897,86	1.024,85	68.922,71	48	SALDO DEVEDOR	68.922,71	42.734,04	41.298,15
						LIMITE PARC	345,23	1.435,89	1.435,89
						JUROS	172,31	106,84	103,25
						PARC+JUROS	1.609,61	1.542,72	1.539,14
17.800,00	-	17.800,00	268,67	18.068,67	36	SALDO DEVEDOR	18.068,67	8.568,96	8.068,96
						LIMITE PARC	500,00	500,00	500,00
						JUROS	45,17	21,42	20,17
						PARC+JUROS	545,17	521,42	520,17
Valor na RJ	Saldo AF a Compensar	Valor Principal	Juros ac 6 mesesS	SD a pagar Princ+Juros	TOTAL DE PARC	PARCELAS	1º PARCELA	20º PARCELA	21º PARCELA
1.977.641,78	905.942,91	1.071.698,87	16.176,29	1.087.875,16	48	SALDO DEVEDOR	1.087.875,16	491.296,41	463.719,38
						LIMITE PARC	22.664,07	22.664,07	22.664,07
						JUROS	27.055,04	4.912,96	4.637,19
						PARC+JUROS	49.719,11	27.577,03	27.301,26
143.010,96	-	143.010,96	2.158,62	145.169,58	48	SALDO DEVEDOR	145.169,58	88.286,83	85.262,47
						LIMITE PARC	2.530,20	3.024,37	3.024,37
						JUROS	1.451,70	882,87	852,62
						PARC+JUROS	3.981,90	3.907,23	3.876,99
Valor na RJ	Saldo AF a Compensar	Valor Principal	Juros ac 6 mesesS	SD a pagar Princ+Juros	TOTAL DE PARC	PARCELAS	1º PARCELA	20º PARCELA	21º PARCELA
17.800,00	-	17.800,00	268,67	18.068,67	36		0	6.011,99	5.451,87
							0	500,00	500,00
						JUROS	449,36	60,12	54,52
							500	949,36	554,52

3º Planilha Classe IV – EPP/ME – data base 01 06 2022 a 30 06 2022:

RELAÇÃO DE CREDORES	Valor na RJ	Saldo AF a Compensar	Valor Principal	Juros ac 6 meses\$	20 a pagar Princ+Juros	PARCELAS	8.33333E-06 0.002165667		
							1ª PARCELA	2ª PARCELA	21ª PARCELA
ME J EPP - 60 Parcelas TR - 3% a.a. (0,25% a.m.)				JUROS 0,25% Pagamento mínimo mensal 500,00			0,47%		
						Out/20	Mai/22	Jun/22	
RUTAS SOSSAI COMERCIO E ATACADO EIRELI ME	413.893,33	-	413.893,33	6.247,33	420.140,66	SALDO DEVEDOR 420.140,66	287.528,12	280.525,77	
						LIMITE PARC 6.898,22	7.002,35	7.002,35	
						JUROS 1.050,35	718,82	701,51	
						PARC+JUROS 7.948,57	7.721,17	7.703,86	
LDEN PEACH - IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMT LTDA -EPP	30.237,34	- 8.436,09	21.801,25	329,07	22.130,32	SALDO DEVEDOR 22.130,32	12.146,75	11.619,84	
						LIMITE PARC 500,00	526,91	526,91	
						JUROS 55,33	30,37	29,05	
						PARC+JUROS 555,33	557,28	555,96	
INDUSTRIA DE SUCOS 4 LÉQUIA LTDA EPP	232.924,18	- 1.100,00	231.824,18	3.499,17	235.323,35	SALDO DEVEDOR 235.323,35	160.981,43	157.055,05	
						LIMITE PARC 3.863,74	3.926,38	3.926,38	
						JUROS 588,31	402,45	392,64	
						PARC+JUROS 4.452,04	4.328,83	4.319,02	
NEOCLEAN COMERCIO DE MAT. DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA EPP	10.868,80	-	10.868,80	164,05	11.032,85	SALDO DEVEDOR 11.032,85	737,65	183,45	
						LIMITE PARC 500,00	544,20	193,45	
						JUROS 27,58	1,84	0,48	
						PARC+JUROS 527,58	546,04	193,94	
PRONATUS AMBIENTAL LTDA - ME	105.750,00	-	105.750,00	1.596,20	107.346,20	SALDO DEVEDOR 107.346,20	73.435,18	71.844,18	
						LIMITE PARC 1.702,58	1.791,00	1.791,00	
						JUROS 269,37	183,59	179,11	
						PARC+JUROS 2.030,87	1.974,59	1.970,11	

Consolidação do saldo – data base 01 06 2022 a 30 06 2022:

CLASSE	ADIANTAMENTO REALIZADO	TOTAL PAGO NO MÊS	SALDO EM JUNHO/2022
PARCEIRO		14.310	349.498
ESTRATEGICO		3.877	82.238
OUTROS	-	76.140	2.735.181
ME EPP		14.743	507.598
TRABALHISTA		-	18.475
TOTAL	-	109.069	3.692.991

➤ De acordo com os demonstrativos apresentados pela Recuperanda, temos a situação consolidada referente ao saldo credor homologado, devidamente deduzido os pagamentos já realizados com as atualizações até maio de 2022, conforme demonstrado é de R\$ 3.692.991,00 (três milhões, seiscentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e um reais).

(...)

Tivemos redução nas receitas, custos e despesas, que diminuíram o prejuízo em relação ao mês anterior. Esses prejuízos que se verifica desde fevereiro de 2021, são em partes devido a redução da receita bruta e aos parcelamentos de impostos, aquisição de maquinários. O prejuízo do mês foi de cerca de R\$ 945 mil e do acumulado do exercício de 2022 o resultado é negativo de R\$ 11,1 milhões. As análises demonstraram que todas as suas movimentações econômicas-financeiras estão ligadas a reestruturação das medidas tomadas pela administração, as quais focam na manutenção das atividades operacionais e comerciais.

Relatamos que, consoante esclarecido acima e demonstrado pelos documentos apresentados / planilha de cálculo, não detectamos a descontinuidade dos pagamentos / descumprimento do plano de recuperação homologado.

Foi apresentado o Quadro de Credores, atualizado nesta data, mediante as habilitações de créditos referente aos processos incidentes. Assim, orientamos a recuperanda que se faça os pagamentos referentes as novas habilitações.

Toda análise contábil foi pautada na verificação de documentos hábeis que pudessem comprovar a fidedignidade dos números apresentados em suas Demonstrações Financeiras. Assim, das análises dos indicadores econômicos, financeiros, contábeis e desempenhos aferidos das documentações apresentados pela Devedora; da composição dos informes e relatórios técnicos, conclui-se que a Recuperanda ainda se mantém em um momento complexo e delicado em razão da retração do mercado.

(...)

[Destacamos]

8. Nesse compasso escritural anexamos para bem aclarar aos interessados, ainda: o balanço patrimonial; a demonstração de resultado consolidados e os indicadores liquidez geral, liquidez seca, liquidez corrente, solvência geral e lucratividade, fornecidos e subscritos pela recuperanda e referentes ao mês de junho de 2022, com a demonstração de resultado negativo de R\$945 mil:



Valor: R\$ 1,00
 PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária -> Outros procedimentos
 TRINIDADE - 2ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL
 Usuário: IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE - Data: 12/11/2023 12:35:32

CONTAS		JUNHO DE 2022
ATIVO		
CIRCULANTE 73.305.562		
Caixa e equivalentes de caixa		37.931.976
Contas a receber de clientes		1.154.146
Estoque		16.038.908
Imposto a recuperar		12.757.523
Outros créditos		3.117.987
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 35.773.586		
Créditos com pessoas jurídicas		21.028.041
Crédito tributário a receber		997.017
Outros créditos		15.938.528
PERMANENTE		
Investimentos		14.745.545
Imobilizado		14.745.545
Intangível		-
PASSIVO		
CIRCULANTE 73.305.542		
Obrigações sociais e trabalhistas		30.059.419
Fornecedores		3.990.983
Obrigações tributárias		17.399.768
Financiamentos e empréstimos		17.626.642
Provedores constituídos		7.353.313
Outras contas a pagar		4.130.396
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 162.687.155		
Fornecedores a Longo Prazo		162.687.155
Empréstimos a Longo Prazo		7.082.432
Depósitos para incentivos fiscais		5.346.302
Obrigações tributárias		23.168.534
Débitos com pessoas jurídicas		122.247.037
Provedores contingenciais		4.041.627
Outros		200.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 129.441.018		
Capital social		20.600.000
Reserva para incentivos fiscais		10.574
Reserva de reavaliação/Capital		8.059.973
Prejuízo (ou lucro) acumulados		(108.166.541)
(Prejuízo) Lucro do exercício		(945.004)

Ind. e Com. de Bebidas Imperial S.A.
 Fernando Morais Pinheiro
 CPF - 118.629.471-04

Mega Contabilidade Ltda - ME
 CRC-GO - 001199
 Sebastião Pereira de Morais Junior
 CRC-GO - 11.002

CONTAS		JUNHO DE 2022
RECEITA BRUTA		
Venda de Produtos		16.866.271
Serviços Prestados		285.073
(-) Devoluções e Abatimentos		(381.794)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		16.770.150
(-) Impostos sobre as Vendas/Serviços		(3.715.269)
RECEITA LÍQUIDA		13.053.882
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos		(10.150.027)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.903.854
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas e Gerais		(3.848.858)
Despesas Comerciais e Logística		(710.624)
Resultado Financeiro Líquido		(2.317.902)
Despesas Tributárias		(788.345)
Depreciações/Amortizações		(239.161)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(25.516)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		232.690
(-) Prov IRPJ e CSLL		(945.004)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(945.004)



INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Consolidado

Liquidez Geral (LG): $LG = (AC + A.R.L.PZO) / (PC + P.E.L.PZO)$

CONTAS		jun/22
ATIVO CIRCULANTE	(A.C.)	37.531.975,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE A LONGO PRAZO	(A.R.L.PZO)	21.038.845,10
PASSIVO CIRCULANTE	(P.C.)	50.059.419,19
PASSIVO NÃO CIRCULANTE A LONGO PRAZO	(P.E.L.PZO)	302.982.120,30
1. Liquidez Geral	IG	$\frac{A.C. + A.R.L.Pzo}{P.C. + P.E.L.Pzo}$
		0,88

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Consolidado

Liquidez Corrente (LC): $LC = (AC) / (PC)$

CONTAS		jun/22
ATIVO CIRCULANTE	(A.C.)	37.531.975,70
PASSIVO CIRCULANTE	(P.C.)	50.059.419,19
1. Liquidez Corrente	LC	$\frac{A.C.}{P.C.}$
		0,75

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Consolidado

Liquidez Seca (LS): $LS = (AC - ESTOQUES) / (PC)$

CONTAS		jun/22
ATIVO CIRCULANTE	(A.C.)	37.531.975,70
ESTOQUES	(ESTOQUES)	12.757.523,10
PASSIVO CIRCULANTE	(P.C.)	50.059.419,19
2. Liquidez Seca	LS	$\frac{A.C. - Estoques}{P.C.}$
		0,49

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
 Consolidado

Solvencia Geral (SG): $SG = (A.T) / (PC + P.E.L.PZO)$

CONTAS		jun/22
ATIVO TOTAL	(A.T.)	78.805.568,24
PASSIVO CIRCULANTE	(P.C.)	50.059.419,19
PASSIVO NÃO CIRCULANTE A LONGO PRAZO	(P.E.L.PZO)	302.982.120,30
3. Solvencia Geral	SG	$\frac{A.T.}{P.C. + P.E.L.Pzo}$
		0,24

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A	
Consolidado	
Lucratividade (Luc): $Luc = (L.L. / F.B.) \times 100$	
CONAS	
	Jun22
LUCRO LÍQUIDO (L.L.)	945.009,67
FATURAMENTO BRUTO (F.B.)	171.115.942,24
S. Lucratividade	5,51
	17.533.946,28

9. Em análises às informações apresentadas pela recuperanda observam-se presentes as atividades empresariais e, assim, com baixa na produção e no faturamento no paralelo com o mês anterior, e por outro lado com faturamento maior em relação ao mesmo período no ano de 2021:

- a) O volume de hectolitros produzidos em junho de 2022 (50.767) foi inferior em relação ao mês de maio de 2022 (61.010) em 16,79% (dezesseis vírgula setenta e nove por cento). Em relação ao mesmo

período no ano de 2021 (81.898), foi inferior em 38% (trinta e oito por cento);

- b) O volume de hectolitros faturados em junho de 2022 (40.923) foi inferior em relação ao mês de maio de 2022 (59.305) em 31% (trinta e um por cento), assim como em 44% (quarenta e quatro por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (73.528);
- c) O custo de produção em junho de 2022 (R\$9,9 mi) foi inferior em 11% (onze por cento) em comparação ao mês anterior (R\$11,1 mi) e inferior em 13% (treze por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (R\$11,3 mi);
- d) O custo total de vendas em junho de 2022 (R\$10,2 mi) foi inferior em 15,2% (quinze vírgula dois por cento) em comparação ao mês anterior (R\$ 11,9 mi) e maior em 16% (dezesesseis por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (R\$12,1 mi);
- e) O faturamento de produção própria em junho de 2022 (R\$15,4 mi) foi inferior em 7,4% (sete vírgula quatro por cento) em comparação ao mês anterior

(R\$16,7 mi) e maior em 27% (vinte por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (R\$12,1 mi);

- f) O faturamento de serviços e revenda em junho de 2022 (R\$1,8 mi) foi inferior em comparação ao mês anterior (R\$3,1 mi) e inferior em 77% (setenta e sete por cento) em comparação ao mesmo mês de 2021 (R\$7,5 mi);
- g) O faturamento bruto total em junho de 2022 (R\$17,1 mi) foi inferior em 13% (treze por cento) em comparação ao mês anterior (R\$19,8 mi) e inferior em 17% (dezessete por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (R\$20,7 mi);
- h) As despesas operacionais de junho de 2022 (R\$2,6 mi) mantiveram-se iguais em relação ao mês anterior (R\$2,6 mi), e superior em 12% (doze por cento) em comparação ao mesmo mês de 2021 (R\$2,3 mi);
- i) O custo de produção e venda em junho de 2022 (R\$20 mi) foi inferior em 13,2% (treze vírgula dois por cento) em comparação ao mês anterior (R\$ 23 mi) e, inferior em 14,3% (quatorze vírgula três por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (R\$23,4 mi);

- j) O custo médio de produção por hectolitro em junho de 2022 (R\$194,00) foi superior em 6,6% (seis vírgula seis por cento) em comparação ao mês anterior (R\$182,00) e maior em 40% (quarenta por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (R\$138,00);
- k) O quantitativo total de funcionários em junho de 2022 (372) foi inferior em 18% (dezoito por cento) em comparação ao mês anterior (453) e inferior em 21% (vinte e um por cento) em relação ao mesmo mês de 2021 (473).
- l) O ebitda¹ em junho de 2022 (-R\$ 131,1 mil) ficou negativo, sendo que o mês anterior foi do positivo modo (-R\$ 555,1 mil), e o mês de junho de 2021 resultou negativo em R\$179,1 mil.

10. Pertinentemente à escrituração contábil do exercício de 2022 a recuperanda possui um patrimônio líquido acumulado negativo de R\$ 139 mi e resultado acumulado negativo de R\$11,2 mi.

¹ O cálculo do EBITDA permite conhecer quanto a empresa está gerando de caixa com base exclusivamente em suas atividades operacionais, desconsiderando os impactos financeiros e dos impostos. O EBITDA é mais preciso para medir a produtividade e a eficiência do negócio do que o seu resultado final. Por exemplo, ao comparar a evolução desse indicador, um analista consegue saber se uma empresa tornou-se mais eficiente de um ano para o outro, sem a influência de fatores externos. O indicador é útil, por exemplo, para medir o desempenho de empresas endividadas, pois os encargos que essas empresas precisam pagar podem reduzir em muito o seu lucro ou mesmo resultar em prejuízo. Ao se olhar para o EBITDA, é possível ver se a empresa está sendo produtiva e eficiente, o que indica potencial para pagar suas contas e gerar caixa no futuro.

11. Apresentam, ainda, as escriturações contábeis no mês de junho de 2022: a) receitas de R\$13,1 mi; b) custos de R\$ 10,2 mi e c) despesas de R\$3,9 mi.

12. Por conseguinte, no mês em exame o resultado contábil foi negativo na ordem de R\$945.004,00 mil e, em relação ao mês anterior, apresentou as seguintes variações: a) receita inferior em 13% (treze por cento), que foi igual a R\$1,9 mi; b) custo inferior em 15% (quinze por cento), correspondente a R\$1,8 mi; c) despesa maior em 13% (treze por cento), que correspondeu a R\$443 mil e d) aumento do prejuízo na ordem de 147% (cento e quarenta e sete por cento), ou seja, R\$563 mi.

13. A recuperada está adimplente com o cumprimento do plano de recuperação judicial, como atestado pelo auxiliar contábil desta administradora judicial (item 5) "...Relatamos que, consoante esclarecido acima e demonstrado pelos documentos apresentados / planilha de cálculo, não detectamos a descontinuidade dos pagamentos / descumprimento do plano de recuperação homologado....".

14. Diante do exposto e pelos dados acima colacionados tem-se que a **IMPERIAL**, neste momento, está num cenário impreciso e delicado ante os esques de faturamento e produção. Apesar disso, com contornos pontuais, indesejáveis com eventual comprometimento no seu processo de soerguimento e retomada empresarial, pelos prismas de

resultados acumulados negativos e patrimônios líquidos, conforme se infere dos itens 4 *g* e *h*, e, 8 e, ainda, na sucessão de prejuízos contábeis nos meses de fevereiro 2021 a junho de 2022. Os indicadores de performance empresarial se mantiveram constantes e o volumes em hectolitros produzidos nesses primeiros meses de 2022 se declinaram em relação ao último quadrimestre de 2021, bem como o crescimento estável e constante no faturamento bruto total aferido a partir do mês de abril até dezembro de 2021, com queda em fevereiro, aumento em março, queda em abril de 2022, novo aumento em maio e nova queda em junho de 2022, item 4, *a* e *b*. O faturamento de junho de 2022 teve queda em relação ao mês anterior (13%) e diminuição em relação ao mesmo período de 2021 (17%). Os demais indicadores de desempenho demonstraram estabilidade dos custos de produção, situação que continua impactando no resultado de prejuízo no último período analisado. Ressalta-se, ainda, que o Plano de Recuperação Judicial, cujos pagamentos se iniciaram em outubro de 2020, está sendo devidamente cumprido pela recuperanda, ressalvada apenas a questão dos credores que não indicaram as contas para recebimento e não possuem cadastro ativo perante a Receita Federal do Brasil, cujos valores serão depositados em juízo conforme autorizado por esse juízo na decisão de evento 287 dos autos principais 5583251-53.2018.8.09.0149.

15. Por fim, registramos que são contínuos o processo de aperfeiçoamento dos indicadores de gestão, contábeis e fiscalização, a fim de bem demonstrar as atividades da **IMPERIAL** e eventual soerguimento empresarial para consolidação do efetivo processo de retomada empresarial e estabilização e manutenção da fonte produtiva.

16. Ante o exposto, requer-se:

a) a juntada em autos incidentais (apenso nº 5148182.88.2019.8.09.0149) deste relatório elaborado por este Administrador Judicial, com base nos dados, documentos e informações até então disponibilizados pela **IMPERIAL**, e intimação do Ministério Público, Credores e Devedora, nos exatos termos da decisão (evento 4 dos autos principais).

Temos em que,

Pede deferimento.

Goiânia-GO, 31 de agosto de 2022.

STENIUS LACERDA
BASTOS:43891721153

Assinado de forma digital por STENIUS LACERDA
BASTOS:43891721153
Dados: 2022.08.31 21:49:27 -03'00'

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA
STENIUS LACERDA BASTOS
Administrador Judicial